

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ALECSANDRA PROVENSI**

**IMPACTO DO TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS NA ANÁLISE DAS**  
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**SOLEDADE**

**2013**

**ALECSANDRA PROVENSI**

**IMPACTO DO TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS NA ANÁLISE DAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Passo Fundo, campus Soledade, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.  
Orientador: Prof. Marcelo Silva, Me.

**SOLEDADE**

**2013**

**ALECSANDRA PROVENSI**

**IMPACTO DO TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS NA ANÁLISE DAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Estágio Supervisionado aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_, como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis no curso de Ciências Contábeis  
da Universidade de Passo Fundo, campus Soledade, pela Banca  
Examinadora formada pelos professores:

Prof. Marcelo Silva, Me.

UPF – Orientador

Prof. \_\_\_\_\_

UPF

Prof. \_\_\_\_\_

UPF

SOLEDADE

2013

A todos que, de uma forma ou de outra,  
contribuíram para o alcance de meus objetivos.

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe Elide e meu irmão Alex, pelo apoio incondicional, excepcional e incontestável;

A meu namorado Diego, pela compreensão, auxílio e apoio durante esta caminhada;

A toda minha família pelo apoio moral;

A todos os meus amigos, colegas e professores que durante este período sempre colaboraram, e contribuíram para meu crescimento;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Muito Obrigado

“A mente que se abre a uma nova ideia  
jamais voltará ao seu tamanho original”.

ALBERT EINSTEIN

## RESUMO

PROVENSI, Alecsandra. **Impacto do Teste de Recuperabilidade de Ativo na análise das demonstrações financeiras**. Soledade, 2013. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Contábeis). UPF, 2013.

A contabilidade é considerada a linguagem dos negócios, onde os principais agentes econômicos buscam informações. No entanto, para que os dados informados representem a realidade da empresa, eles precisam conter qualidade e transparência. Dessa forma, as informações prestadas pelas entidades devem obedecer às normas contábeis vigentes, possibilitando que os mais diversos usuários destas informações, possam comparar e analisar diferentes itens, utilizando-se, inclusive, de índices. Portanto, o presente buscou analisar balanços patrimoniais que apresentam em suas contas a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aplicar indicadores financeiros nos saldos das contas, podendo responder a seguinte questão: **há impacto do Teste de Recuperabilidade de Ativos de acordo com a análise das demonstrações financeiras?** Este também objetiva identificar e demonstrar o impacto do Teste de Recuperabilidade de Ativos nas análises das demonstrações financeiras (indicadores contábeis) e em ativos das empresas analisadas. Na busca dos objetivos foi traçada a metodologia a ser seguida, dessa forma, segundo os objetivos, este classifica-se como descritiva, quanto a seus procedimentos utilizará de estudo multi-caso, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, no que se refere a abordagem do problema, este caracteriza-se como qualitativa. No decorrer deste estudo, foram analisadas as Demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado) e os relatórios complementares, integrantes das demonstrações (Notas Explicativas) do ano de 2011 e 2012 das empresas selecionadas. Com base no resultados, concluiu-se que a contabilização da perda, resultará em uma redução no grau de êxito econômico da empresa, ou seja, mostrara que ela será menos eficiente; reduzira a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações, ou seja, diminuirá a capacidade de quitar suas dívidas; e diminuirá do resultado do período, isto significa que, poderá haver uma redução no montante de recursos a serem concedidos.

**Palavras-chave:** Teste de Recuperabilidade de Ativos. Indicadores Financeiros. Impacto.

## **LISTA DE QUADRO**

QUADRO 1 – Saldo das demonstrações contábeis divulgadas .....	47
---	----

## LISTA DE TABELA

TABELA 1 –Saldos baseados das Demonstrações Financeiras Empresa Alfa LTDA .....	49
TABELA 2 –Indicadores baseados nas Demonstrações Financeiras-Empresa Alfa LTDA.	49
TABELA 3 –Saldos baseados das Demonstrações Financeiras-Empresa Baldo S.A.....	53
TABELA 4 –Indicadores baseados nas Demonstrações Financeiras Empresa Baldo S.A..	53
TABELA 5 –Perdas com <i>impairment</i> no período em estudo - Empresa Baldo S.A. ....	54
TABELA 6 –Saldos ajustado das Demonstrações Financeiras - Empresa Baldo S.A. ....	54
TABELA 7 –Indicadores desconsiderando o <i>impairment</i> - Empresa Baldo S.A. ....	54
TABELA 8 –Variações encontradas nos resultados .....	55
TABELA 9 –Confronto dos resultados nos indicadores financeiros .....	62

## LISTA DE SIGLAS

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

NBC TG – Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas Gerais

LL – Lucro Líquido

AT – Ativo Total

PL – Patrimônio Líquido

PLm – Patrimônio Líquido médio

AP – Ativo Permanente

PC – Passivo Circulante

CT – Capital de Terceiros

ELP – Exigível a Longo Prazo

RLP – Realizável a Longo Prazo

AC – Ativo Circulante

ROA – *Return on Equity*

ROI – *Return on Investment*

EVA – *Economic Value Added*

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	12
1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA .....	16
1.3 OBJETIVOS.....	17
<b>1.3.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>17</b>
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	18
2.1 CONTABILIDADE .....	18
2.2 CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.....	19
<b>2.2.1 Lei 11.638/07 - Lei das Sociedades Anônimas.....</b>	<b>20</b>
2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE .....	22
2.4 TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS .....	23
<b>2.4.1 CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....</b>	<b>24</b>
<b>2.4.2 NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4.3 NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas .....</b>	<b>30</b>
2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	34
<b>2.5.1 Indicadores financeiros .....</b>	<b>35</b>
<b>2.5.2 Teste de recuperabilidade de ativos e indicadores financeiros .....</b>	<b>39</b>
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	41
3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	41
<b>3.1.1 Classificação quanto aos objetivos .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.2 Classificação quanto aos procedimentos .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.3 Classificação quanto à abordagem do problema .....</b>	<b>44</b>
3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS.....	45
3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	45
3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO .....	46

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	47
4.1 DESCRIÇÕES DA UNIDADE DE ESTUDO– CASO EMPRESA ALFA LTDA .....	48
<b>4.1.1 Cálculo dos indicadores - caso empresa Alfa LTDA .....</b>	<b>48</b>
4.2 DESCRIÇÕES DA UNIDADE DE ESTUDO EMPRESA SA DE CAPITAL FECHADO – CASO EMPRESA BALDO S.A. ....	52
<b>4.2.1 Cálculo dos indicadores - caso empresa Baldo S.A. ....</b>	<b>52</b>
<b>4.2.2 Cálculo dos indicadores – empresa Baldo S.A. sem o registro do <i>Impairment</i> .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2.3 Confronto de resultados dos indicadores-empresa Baldo S.A. ....</b>	<b>55</b>
4.3 IMPACTO DO TEXTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS NOS INDICADORES FINANCEIROS SELECIONADOS .....	59
<b>4.3.1 Empresa Alfa LTDA .....</b>	<b>59</b>
<b>4.3.2 Empresa Baldo S.A.....</b>	<b>60</b>
<b>4.3.3 Empresa Baldo S.A. – Identificação do impacto do Teste de Recuperabilidade nos Indicadores Contábeis.....</b>	<b>62</b>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS .....	66
ANEXO A - Demonstrações Financeiras - Empresa Alfa LTDA.....	69
ANEXO B - Demonstrações Financeiras - Empresa BALDO S.A. ....	74

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Há muito tempo, o ser humano tem demonstrado preocupação com seu patrimônio. Para alguns autores, essa preocupação é tão antiga quanto à humanidade. Isso pode ser entendido como o início da contabilidade.

Para Oliveira e Nagatsuka (2000, p.20) “pode-se entender contabilidade como sendo uma ciência social que estuda, analisa, interpreta e controla o patrimônio das entidades”.

Já para Greco e Arend (2001, p. 12) “o objetivo da contabilidade é o patrimônio, que a mesma estuda e controla, registrando as alterações nele verificadas”.

No entanto, a Equipe de Professores da FEA/USP (2010, p.11) “o grande objetivo da contabilidade é o de prover seus usuários em geral com o máximo possível de informações sobre o patrimônio de uma entidade e suas mutações”.

Diante do exposto, utiliza-se da contabilidade como meio de se obter informações sobre a empresa através de suas demonstrações contábeis. No entanto, devido ao fato de cada sociedade receber diferentes influências, sua contabilidade também sofreu diferentes modificações.

Conforme enfatiza Niyama (2010, p.15) “a contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é produto do ambiente em que atua”. Cada país tem seu próprio ambiente político, social, cultural e econômico [...]”. Isso significa que ela recebe influências do ambiente em que esta inserida.

Outro aspecto levantado por Niyama (2010, p.37) é que “o desenvolvimento tecnológico [...] e o comércio internacional fortaleceram a interdependência entre diversas nações, trazendo o fenômeno da globalização, aproximando cada vez o mundo nas últimas décadas”.

Dessa forma, com a aproximação das nações, surge a necessidade de uma harmonização de padrões contábeis, para que haja uma comunicação entre empresa e mercado, onde investidores de outros países poderão obter informações a respeito da empresa, podendo dessa forma avaliar a possibilidade de investir nela.

Neste sentido, Niyama (2010, p.37) afirma que, “a harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permite reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas”.

Para conseguir se adequar a estes padrões, o Brasil aprovou a lei 11.638/07 que, em seu artigo 177, estabelece que as normas contábeis devam ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Para Marion (2012, p. 06) “a mudança da legislação societária trouxe consigo o descasamento entre a contabilidade societária e a fiscal, possibilitando com que a entidade possa refletir na sua informação contábil a realidade econômica”.

Segundo Ernst & Young e Fipecafi (2010, p. 01) “em busca de maior harmonização, optou-se por focar em demonstrações financeiras que são preparadas com o propósito de fornecer informações úteis na tomada de decisões econômicas. ”

Dentro desta aproximação, através de normas internacionais, “de modo a formar um conjunto único de normas contábeis globais [...], que exige informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeira de uso comum”(ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010, p. xxi) são emitido o pronunciamentos contábeis. Em função das necessidades de uma convergência internacional das normas contábeis, centralização na emissão de normas, e representação e processo democrático na produção dessas normas, no Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Para Niyama (2010, p.33), “com a criação do CPC busca-se uma consolidação da estrutura conceitual da contabilidade no Brasil e que seja também alinhada com as normas internas do IASB”.

Dentro do processo de convergências às normas internacionais já houve por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a emissão de diversos pronunciamentos contábeis que orientam diversos procedimentos de reconhecimento e de mensuração contábil no contexto dos IFRS.

Dentro da relação de pronunciamentos encontram-se o CPC 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que corresponde dentro do processo de harmonização a IAS 36, o qual foi convertido na NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00), que o Conselho Federal de Contabilidade converteu na NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

O Pronunciamento CPC 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos (2010), é de natureza geral e se aplica a todos os ativos relevantes relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras. O objetivo deste Pronunciamento Técnico é definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

No entanto, para as empresas de pequeno e médio porte, o CFC emitiu a NBC TG 1000 (2010), cujo objetivo é decidir sobre requisitos de contabilidade e divulgação apropriadas, que sejam úteis para a tomada de decisão de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos para atender suas necessidades particulares de informação. Esta também faz menção ao teste de recuperação de ativos, exigindo que a entidade analise ao final de cada período, se o valor contábil do ativo excede, no caso de estoques, seu preço de venda menos o custo para completá-lo e despesa de vendê-lo ou, no caso de outros ativos, seu valor justo menos a despesa para a venda.

Diante disto, se os pronunciamentos preveem que é preciso avaliar a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos, então, as demonstrações contábeis que asseguram esta capacidade, representam melhores fontes de dados para sua análise.

A NBC TG Estrutura Conceitual (2011) estabelece os conceitos para a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos, ela cita que as demonstrações contábeis objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, sendo que a informação precisa concomitantemente ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil.

Neste sentido, essas demonstrações contábeis “objetivam fornecer informações sobre a situação financeira e patrimonial, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade” (SANTOS; SCHMIDT 2011, p.38). Ainda, segundo Santos e Schmidt (2011, p.38), as

demonstrações contábeis irão auxiliar “os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade”.

Desta forma, é de suma importância que as informações prestadas nas demonstrações contábeis sigam as normas contábeis, com informações corretas, pois o usuário que utilizar destes dados para aplicar os indicadores financeiros, avaliando a possibilidade de investimento, poderá não obter o resultado que demonstre a real situação da empresa.

Para Marion (2012, p. 07)

A abertura do capital por parte das grandes empresas (*Corporation-S. A.*), possibilitando a participação de pequenos ou grande investidores como acionistas, leva-os á escolha de empresas mais bem-sucedidas, tornando-se a Análise das Demonstrações Contábeis um instrumento de grande importância e utilidade para aquelas decisões.

Então, “procedimentos analíticos podem ser utilizados para comparar itens de uma demonstração atual com itens de demonstrações passadas”, e, ainda segundo Warren, Reeve e Fess (2008, p.522), as análises “são também largamente utilizados para examinar relações internas de uma demonstração financeira”.

Para Padoveze (2004, p. 192) “ um dos fundamentos da análise de balanços é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa”.

Outro aspecto levantado por Padoveze (2004, p. 193) é que “o usuário, mesmo aquele que não é profundo conhecedor das técnicas contábeis, tendo conhecimento do significado dos indicadores, rapidamente atenta para sua validade”.

Diante disso, a aplicação de indicadores financeiros para análise das demonstrações contábeis é válida, no entanto, “estes indicadores podem ser significativamente afetados pela aplicação ou não de algumas normas contábeis, que modificam a forma de avaliação, cálculo e contabilização de valores patrimoniais e de resultado” (FERRAREZI; SMITH, 2008, p.01).

Dentre essas normas contábeis, encontra-se o teste de recuperabilidade de ativo, que determinou uma nova abordagem na avaliação e contabilização dos ativos das empresas. Ainda, conforme Borges (2011, p.02) salienta, “ocorre um impacto na avaliação e registro dos mesmos, sendo necessário que haja plena compreensão dessa nova abordagem para atender a legislação societária e prestar a mais completa informação aos usuários da Contabilidade”.

Portanto, a contabilidade, por ser utilizada para uma ampla gama de focos, deve prestar informações a todos os usuários da contabilidade, e estas informações necessitam ser precisas para que demonstrem a realidade da empresa, atraindo os olhares dos investidores de todas as partes do mundo, sendo exigida, desta forma, uma linguagem comum nas Demonstrações Contábeis, através de aplicação de normas, como é o caso do teste da recuperabilidade de ativos, facilitando a análise e interpretação dos resultados,

## 1.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

“Usualmente, a contabilidade é considerada a linguagem “dos negócios”, ou seja, é onde os principais agentes econômicos buscam informações”. (NIYAMA, 2010, p. 15)

No entanto, para que os dados informados representem a realidade da empresa, eles precisam conter qualidade e transparência. De acordo com Ferrarezi e Smith (2008), “é importante observar que a existência, apuração e registro do *impairment* podem refletir significativamente no resultado do exercício e nos valores dos ativos que serão reduzidos aos valores recuperáveis”.

Dessa forma, as informações prestadas pelas entidades devem obedecer às normas para que haja uma harmonização contábil com o restante do mundo, possibilitando que os mais diversos usuários destas informações, possam comparar e analisar diferentes itens, utilizando-se de índices.

De acordo com Marion (2012, p. 24), “os índices são relações que se estabelecem dentre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só.”.

Portanto, o presente buscará analisar balanços patrimoniais que apresentam em suas contas a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aplicar os indicadores financeiros nos saldos das contas, podendo responder a seguinte questão: **há impacto do Teste de Recuperabilidade de Ativos de acordo com a análise das demonstrações financeiras?**

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Identificar e demonstrar o impacto do Teste de Recuperabilidade de Ativos nas análises das demonstrações financeiras (indicadores contábeis) e em ativos das empresas analisadas.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os saldos das contas onde consta o Teste de Recuperabilidade de Ativos;
- Verificar os indicadores financeiros mais significativos para a avaliação dos dados;
- Aplicar os indicadores financeiros nas contas a serem analisadas;
- Confrontar os resultados obtidos.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 CONTABILIDADE

A Ciência Contábil surgiu com a evolução do homem e, por esse motivo, é tão antigo quanto ele. Consolidou-se a partir do crescimento econômico dos países, servindo como uma ferramenta de registro e análise dos fatos financeiros ocorridos.

Coletar, registrar, analisar e relatar informações, acerca dos negócios das companhias, poderiam ser citados como procedimentos contábeis. Para Crepaldi (2002, p.20), “a contabilidade é um dos principais sistemas de controle e informação das empresas”.

No entanto, além de visar o patrimônio, a finalidade da contabilidade é “prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões” (*American institute of certified public accountants, 1073 apud IUDÍCIBUS, 2010, p.04*).

O primeiro usuário da informação contábil foi seu criador. Conforme Iudícibus e Marion (2000), a contabilidade existe desde o início da civilização.

Ao longo do tempo os registros contábeis foram se aperfeiçoando, conforme a necessidade de informação. Pode-se dizer que a contabilidade nasceu da prática e desenvolveu-se em função da sua característica utilitária e informativa.

Ainda nessa linha de considerações, Greco e Arend (2001, p. 12), afirmam que “um dos objetivos [...] da contabilidade é o de apresentar demonstrativos e relatórios condizentes com os estudos que os usuários pretendem efetuar, contendo os elementos informativos que os mesmos consideram importantes para as suas decisões”.

Do mesmo modo, para Iudícibus (2010, p.03), o objetivo da contabilidade:

Repousa mais na construção de um ‘arquivo básico de informações contábeis’, que passa a ser utilizado, de forma flexível, por vários usuários, cada um com ênfases

diferentes neste ou naquele tipo de informação, neste ou naquele princípio de avaliação, porém extraídos todos os informes do arquivo básico ou ‘data-base’ estabelecido pela contabilidade.

Por isso, de acordo com Iudícibus e Marion (2000, p.41), “há a necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisão”.

Referente a este fato, o CPC – Pronunciamento conceitual básico – CPC 00 (R1), cita que:

O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Portanto, informações com conteúdos relevantes e bem elaboradas, atraem investidores para uma entidade, pois servem para apoiar as decisões de investimento, tornando-as mais seguras e positivas nos momentos em que a confiabilidade é exigida.

## 2.2 CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

As informações contábeis prestadas pela entidade originam da contabilidade societária, a qual se preocupa em prestar contas aos usuários, tanto internos quanto externos, para que possam tomar decisões com relação à empresa.

No entanto, a contabilidade é produto do ambiente em que atua, ela sofre diversas influencias, por isso, nem todos os países focavam suas demonstrações para os usuários.

De acordo com Niyama (2010), é unanime entre os autores que as características e o tipo de sistema legal de um país têm influencia nas diferenças internacionais, principalmente devido a dois grupos, o dos países baseados no *common-law* e os do *code-law*.

Nos países de *code-law* é requerido um elevado grau de detalhamento das regras a serem cumpridas, dando ênfase na proteção dos credores da companhia, diferentemente dos

países onde predomina *common-law*, que tem a preocupação maior voltada para os acionistas, e não se faz necessário detalhar as regras a serem aplicadas. (NIYAMA, 2010)

No caso do Brasil, país de *code-law*, a contabilidade sempre sofreu muita influência do fisco, fato este que dificultou a adoção de princípios contábeis adequados e já teve uma economia pouco exposta à concorrência externa, no entanto, precisou adaptar-se a um novo momento social e econômico.

Segundo Iudícibus *et al.* (2010), essa influência do fisco teve uma tentativa de solução por meio da Lei das S.A., com princípios contábeis geralmente aceitos, onde a contabilização oficial ficaria desvinculada do fisco, para que permitisse a elaboração de demonstrações contábeis corretas, usufruindo de benefícios e incentivos, respeitando todos os limites. No entanto, as normatizações posteriores tornaram esse objetivo quase nulificado pelas resistências. Não havia uma influência fiscal direta, mas havia sim a indireta.

Ainda, conforme Iudícibus *et al.* (2010), devido a essas amarras, o Brasil se distanciou do resto do mundo, aumentou o custo de estrangeiros investirem em nosso país, o custo das empresas brasileiras investirem no exterior, o custo de tomar empréstimos, entre outros, fatos estes, que trouxeram a necessidade de uma única normatização contábil, caminhando a uma única contabilidade mundial.

Diante dos fatos, pode-se inferir que, houve a tentativa de impedir a adoção de princípios contábeis adequados, no entanto, devido às consequências desta ação, surge a necessidade de harmonizar-se ao restante do mundo, possibilitando a troca de informações derivadas do processo e conhecimento contábil.

### **2.2.1 Lei 11.638/07 - Lei das Sociedades Anônimas**

Ao final de 2007, com o objetivo de apresentar o resultado da gestão e a situação patrimonial da empresa, internacionalizando as normas contábeis, foi aprovada a Lei 11.638/07, a qual permite uma maior comparabilidade das demonstrações financeiras geradas no Brasil com as geradas em outros países, separando a contabilidade fiscal da societária (SANTOS; SCHMIDT, 2011).

A aprovação da Lei contribuiu, entre outras coisas, para a condução das normas contábeis brasileiras a um padrão mundial. Para Braga e Almeida (2008), os padrões de

contabilidade vigentes até então no País, sofreram diversas modificações com a Lei 11.638/07, sendo seu objetivo a convergência aos pronunciamentos internacionais de contabilidade.

Tais pronunciamentos internacionais de contabilidade são emitidos pelos IASB (*International Accounting Standards Board*), através do IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e do IAS (*International Accounting Standards*).

Quanto à escrituração, a Lei 11.638/07 aumenta a necessidade de uma escrituração societária separada da fiscal, sendo os ajustes fiscais realizados mediante lançamentos adicionais de preparação para divulgação e verificados por auditor independente.

A Lei 11.638/07, em seu inciso 5º do artigo 177, observa que “as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários referentes às demonstrações contábeis deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários”.

Os benefícios dessa normatização das normas brasileiras com internacionais já são conhecidos e, diante disso, Braga e Almeida (2008) ressaltam que a Lei 11.638/07, ao possibilitar essa convergência, permitiu a redução de custos e taxas de riscos menores para o acesso das empresas brasileiras a capitais externos.

Entre as mudanças ocasionadas pela lei, encontra-se o teste de recuperabilidade de ativos. A Lei 11.638/07, em seu artigo 183, parágrafo 3º, determina que “a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido” (este último extinto pela MP 449/08).

Conforme Iudícibus *et al.* (2010, p.20) essa lei “foi a grande mudança que propiciou condições para a convergência às norma internacionais de contabilidade”. Essas mudanças, que vem ocorrendo, têm um objetivo em comum, abrir as portas do mercado brasileiro para novos investidores estrangeiros, dando a eles mais segurança e menores riscos, além de possibilitar que a contabilidade brasileira seja praticada sem a influência fiscal.

Ainda, conforme Iudícibus *et al.* (2010, p.21), “de agora em diante, trabalham juntas, as normas contábeis e as normas fiscais, mas cada uma seguindo seu caminho”.

Percebe-se que houveram mudanças geradas por esta lei, no entanto, a principal entre elas, foi a possibilidade da harmonização as normas internacionais, facilitando as transações comerciais e econômicas com outros países.

## 2.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Existem diferenças internacionais dentro da contabilidade. Conforme Niyama (2010, p. 21), “cada país tem seu conjunto de leis, regras, filosofias, procedimentos, objetivos (buscam proteger os interesses nacionais), é razoável supor que os sistemas contábeis de cada país venham a ser impactados por tais medidas, dependendo do seu grau de influência sobre outros”.

A busca por uma harmonização contábil envolveu iniciativas de diversos organismos em nível mundial, assim como algumas entidades profissionais de classe, num âmbito regional. (NIYAMA, 2010)

Diante dessa necessidade, foi criado o Comitê Internacional de Padrões Contábeis (*International Accounting Standards Board* – IASB). Conforme Junior (2005) o IASB é o órgão sucessor do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC), e os seus pronunciamentos passaram a ser denominados IFRS – *International Financial Reporting Standards*. Estas normas internacionais, adotadas pelas empresas listadas nas bolsas de valores dos países membros da União Européia, também estão sendo adotada pelo Brasil.

No Brasil, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O objetivo do CPC é adequar as normas brasileiras ao padrão internacional, fazendo com que as normas contábeis brasileiras sejam mais claras e não haja conflitos entre os próprios órgãos reguladores do país.

No entanto, essa implementação, apresenta algumas considerações. Conforme Iudícibus *et al.* (2010), as adequações das normas internacionais emitidas no Brasil têm algumas características básicas, elas são baseadas mais em princípios do que em regras; são baseadas no princípio da essência sobre a forma; são muito mais importantes os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de inoportunidade em riscos do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas; e, a contabilidade passa a ser de toda a empresa, não só do contador.

Entre estas adequações das normas internacionais de contabilidade no Brasil, encontra-se o a redução ao valor recuperável de ativo.

#### 2.4 TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

Dentre os inúmeros procedimentos que visam alinhar a contabilidade brasileira aos padrões internacionais, é aprovado o teste de redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment test*).

*Impairment* é uma palavra em inglês que significa enfraquecimento, deterioração, dano (OLINTO, 1999, p.200). Contabilmente trata-se da redução do valor recuperável de um ativo. Na prática é a mensuração dos ativos, para verificar se há alguma indicação de que ele possa ter sofrido desvalorização.

A lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em seu § 3º do art. 183, cita que a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor, ou, revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

No entanto, Iudícibus *et al.* (2010, p.235), salienta que “esse teste se obriga, pela doutrina contábil, a ser feito para todos os ativos, sem exceção alguma”. Ainda, segundo Iudícibus *et al.* (2010) essa regra é muito antiga, no entanto ela vinha sido esquecida em algumas circunstâncias. A provisão para devedores duvidosos, a própria depreciação e custo ou mercado, dos dois o menor, são frutos do teste de recuperabilidade.

De acordo com Silva *et al.* (2006, p. 1), *impairment* “é o instrumento utilizado para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico. O *impairment* é aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (goodwill), ativos disponíveis para venda, investimentos em operações descontinuadas”.

Como resultado da aplicação do teste de recuperabilidade, os ativos não poderão mais ser registrados por valores superiores aos que eles são capazes de produzir, pela sua venda ou pela sua utilização, ou seja, um ativo deverá ser apresentado pelo valor que ele será capaz de

transformar em dinheiro. Com o objetivo de fornecer procedimentos para o *impairment*, o Comitê Internacional de Padrões Contábeis (IASB), através de seus pronunciamentos, emitiu o IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. No Brasil, com o objetivo de se adequar a norma internacional, através de seu Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

#### **2.4.1 CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

No Brasil, os procedimentos são emitidos pelo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual emitiu o pronunciamento técnico CPC 01, Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela CVM por meio da Deliberação 527/07, que tornou obrigatório para as companhias abertas a redução ao valor recuperável dos ativos, a partir dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008. Este pronunciamento visa:

Assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas.

A norma CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (2010) especifica como mensurar uma perda por *impairment* e quando deverá ser reconhecida, bem como as divulgações necessárias. Ela determina também que, independente de existir ou não qualquer indicio de desvalorização, a entidade devera testar a redução ao valor recuperável de ativos.

O Pronunciamento CPC 01 (2010, p. 04), define valor recuperável como o “maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso”. Caso um desses valores exceda o valor contábil do ativo, não haverá desvalorização sem necessidade de estimar o outro valor.

Cabe aqui citar algumas definições encontradas no CPC 01 (2010, p. 04) quanto aos termos Unidade geradora de caixa, Valor justo líquido de despesa de venda e Valor em uso. “Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de

caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos”. Valor justo líquido de despesa de venda é definido como “o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, menos as despesas estimadas de venda”. E, valor em uso, como “o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa”.

No entanto, conforme Iudícibus *et al.* (2010) para chegar ao valor de uso, é necessário estimar as futuras entradas e saídas de caixa decorrentes do uso contínuo desse ativo e de sua baixa ao final da vida útil, aplicar a taxa de desconto mais adequada a esses fluxos de caixa, para então se obter o valor presente.

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (2010), a avaliação de ativos deve ser feita ao final de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo, fazendo com que o valor contábil desses ativos seja limitado a seu valor econômico.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores deve ser ajustada pela provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período. (CPC 01, 2010)

Ainda, segundo o CPC 01 (2010, p. 29), “a entidade deve avaliar em cada data de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), possa não mais existir ou ter diminuído.” Se houver alguma indicação, “a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.” A reversão da perda deve ser reconhecida no resultado do período.

De acordo com o CPC 01 (2010, p. 37) “as desvalorizações ou as reversões de desvalorizações que resultem da adoção deste Pronunciamento devem ser reconhecidas de acordo com este Pronunciamento, ou seja, na demonstração do resultado, a menos que um ativo seja contabilizado pelo valor reavaliado”.

Referente às divulgações, as empresas devem expor em notas explicativas as informações que permitam ao usuário entender as circunstâncias que ocasionaram a perda, assim como a base de cálculo utilizada para chegar ao valor recuperável, além do valor da perda reconhecida.

O pronunciamento obedece ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), estando em acordo com a Norma Internacional IAS

36. No entanto, o CPC-01 refere-se a todos os ativos, e a norma internacional exclui diversas situações. Isso ocorre devido ao fato das normas internacionais já terem em textos anteriores disposições sobre o *impairment* de ativos que não constam no IAS 36. No caso do CPC-01, ele foi o primeiro a ser emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ele dizia que esse pronunciamento se aplicava a todos os ativos, mas se houver um pronunciamento posterior, que der normas específicas sobre o *impairment*, prevalecerá este último (ERNEST & YOUNG; FIPECAFI, 2010, p.357).

De acordo com o CPC-01, a perda por *impairment* deve ser reconhecida quando o valor contábil do ativo, em uso, for superior ao seu valor na projeção de geração de caixa ou do valor de realização de venda. No entanto, Smith, Ferrarezi e Cia (2008, p.07) afirmam que:

as demonstrações contábeis podem ser impactadas de diversas formas pelo registro de *impairment*, o destaque recai na composição patrimonial das empresas. Uma empresa que possui maior parte de suas aplicações em imobilizado, tende a ter maior impacto quando ocorre o *impairment*, do que uma empresa que possui maior investimento no ativo circulante. Ou ainda uma empresa que tem seus ativos permanentes altamente reavaliados, certamente sofrerá maior impacto do registro do *impairment*.

Dessa forma, se utilizarmos a análise das demonstrações contábeis, a aplicação desta prática contábil poderá impactar nos resultados de alguns indicadores. De acordo com Smith, Ferrarezi e Cia (2008, p.14), o *impairment*, “modifica a forma de avaliação e contabilização de valores patrimoniais e de resultado e, portanto impactam os indicadores de desempenho econômico”. Ainda segundo as mesmas, a “intensidade do impacto vai depender da perda de valor recuperável apurado nos bens do ativo”.

Portanto, a norma acaba de estabelecer uma metodologia que deve ser aplicada a todos os ativos, para evitar que estejam mensurados por um valor acima de seu valor recuperável, ou seja, perderam alguma representatividade econômica considerada relevante.

#### **2.4.2 NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

A NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

No que se refere a NBC TG 01, o objetivo desta é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Esta Norma deve ser aplicada na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de todos os ativos, exceto estoques (NBC TG 16), ativos advindos de contratos de construção (NBC TG 17), ativos fiscais diferidos (NBC TG 32), de planos de benefícios a empregados (NBC TG 33), ativos financeiros que disciplinam instrumentos financeiros, propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo (NBC TG 28), ativos biológicos relacionados à atividade agrícola mensurados ao valor justo líquido de despesas de venda (NBC TG 29), custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro dentro do alcance da NBC TG 11, e ativos não circulantes (disponíveis para venda) em consonância com a NBC TG 31.

Esta Norma é aplicada a ativos financeiros classificados como controladas (NBC TG 36 e NBC TG 35), coligadas (NBC TG 18) e empreendimento controlado em conjunto, (NBC TG 19 – *Joint Venture*). Para perdas por desvalorização com outros ativos financeiros, devem ser aplicadas a NBC TG 38 e o CTG 03.

Ela também é aplicada a ativos que são registrados pelo valor reavaliado (valor justo) em consonância com outras normas do CFC e com a legislação brasileira, conforme modelo de reavaliação previsto na NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. A identificação de como um ativo reavaliado pode estar com parcela não recuperável depende da base utilizada para determinar esse valor:

a) se o valor reavaliado do ativo é seu valor de mercado, a única diferença entre seu valor reavaliado e seu valor justo líquido de despesas com vendas, é a despesa direta incremental incorrida para se desfazer do ativo. Se as despesas para a baixa são insignificantes, é improvável que o ativo reavaliado não seja recuperável e, portanto, o valor recuperável não precisa ser estimado. Se as despesas para a baixa não são insignificantes, a entidade deve utilizar esta Norma para determinar se o ativo apresenta parcela não recuperável.

b) se o valor reavaliado do ativo for determinado em base que não seja a de valor de mercado, seu valor reavaliado pode ser maior ou menor do que seu valor recuperável. Então, depois que as exigências de reavaliação forem aplicadas, a entidade deve utilizar esta Norma para verificar se o ativo sofreu desvalorização.

Conforme a Norma, NBC TG 01, o ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente. Também devem testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em combinação de negócios. (NBC TG 01, 2010)

A NBC TG 01 (2010) considera fatores internos e externos no reconhecimento de um ativo desvalorizado.

Como fontes externas, o NBC TG 01 cita a diminuição do valor de mercado; mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal; aumento nas taxas de retorno sobre o investimento afetando a taxa de desconto, diminuindo seu valor recuperável e valor contábil do patrimônio superior as suas ações.

Das fontes internas, o NBC TG 01 considera a obsolescência ou dano físico do ativo; planos para descontinuidade ou reestruturação de ativo; desempenho econômico de um ativo pior que o esperado; dividendo superior ao total de lucro abrangente da controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

Entretanto, ainda segundo o NBC TG 01, entidade pode identificar outras indicações de que um ativo pode ter se desvalorizado.

O NBC TG 01 (2010, p. 04) define valor recuperável como o “maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo, ou de unidade geradora de caixa, e o seu valor em uso”.

O NBC TG 01 (2010, p. 17) ainda salienta que, “se, e somente se, o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, o valor contábil do ativo deve ser reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo”.

“A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer

desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação” (NBC TG 01, 2010, p. 17).

Ainda segundo o NBC TG 01 (2010, p. 17), “depois do reconhecimento da perda por desvalorização, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão do ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual, em base sistemática ao longo de sua vida útil remanescente”.

Outro ponto importante citado na NBC TG 01 (2010, p. 28) é a possibilidade de reversão de uma perda por desvalorização:

A entidade deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), possa não mais existir ou ter diminuído. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

A reversão de uma perda por desvalorização reflete em um aumento no potencial de um ativo, desde a data em que a entidade reconheceu pela última vez uma desvalorização. (NBC TG 01, 2010)

Ainda segundo a NBC TG 01 (2010), o aumento do valor contábil de um ativo devido à reversão de perda por desvalorização, não deve exceder o valor contábil (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso não tenha reconhecido perdas em anos anteriores. Se houver aumento acima do seu valor contábil determinado é considerada uma reavaliação.

“A reversão de perda por desvalorização de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período, a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outra norma”. (NBC TG 01, 2010, p. 30)

De acordo com a NBC TG 01 (2010), após a reversão de perda por desvalorização ser reconhecida, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão deve ser ajustada em períodos futuros para colocar o valor contábil revisado do ativo, diminuindo seu valor residual, se este existir, em base sistemática sobre sua vida útil restante.

No entanto, a perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser revertida em período subsequente. (NBC TG 01, 2010)

A entidade é encorajada a divulgar as informações essenciais, utilizadas para determinar o valor recuperável de ativos durante o período. Entretanto, é exigido que a entidade divulgue as informações a respeito das estimativas utilizadas para mensurar o valor recuperável, quando o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou o ativo intangível de vida útil indefinida estiver incluído no valor contábil da unidade. (NBC TG 01, 2010)

Diante do exposto, pode-se dizer que, devido ao fato da NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos tem por base o Pronunciamento Técnico CPC 01, o pronunciamento esta contido nesta norma, isto é, a NBC TG possui o mesmo conteúdo encontrado no CPC. Portanto, indiferente da norma contábil a ser utilizada, o importante é saber o procedimento correto a ser seguido na aplicação do teste de recuperabilidade de ativos e a sua aplicação correta.

### **2.4.3 NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**

O CFC emitiu em separado uma norma para aplicação às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e médio porte (PMEs), conjunto esse composto por sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas. Esta Norma é denominada: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

De acordo com a NBC TG 1000 (2010, p.06), “as PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais”.

Ainda segundo a NBC TG 1000 (2010, p.06), “não se pode esperar que demonstrações contábeis elaboradas de acordo com esta Norma para PMEs sejam totalmente compatíveis com as exigências legais para fins fiscais ou outros fins específicos”.

Dessa forma, para compatibilizar ambos os requisitos, é necessária a estruturação de controles fiscais com conciliações dos resultados apurados de acordo com esta Norma e por outros meios. (NBC TG 1000, 2010)

A informação apresentada nas demonstrações contábeis deve ser apresentada de modo a torná-la compreensível para os usuários. Segundo a NBC TG 1000 (2010), o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira, o desempenho e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida, para atender suas necessidades.

A apresentação das demonstrações contábeis, conforme exigido pela NBC TG 1000 deve seguir um conjunto de requisitos. No entanto, será focada somente a mensuração, o registro e reversão da perda pela não recuperabilidade de ativos.

A perda por desvalorização, segundo a NBC TG 1000 (2010, p.151), ocorre quando “o valor contábil de ativo excede seu valor recuperável”. Por isso a entidade deve avaliar, em cada publicação, se qualquer um de seus ativos esta desvalorizado.

Referente aos Estoques, de acordo com a NBC TG 1000 (2010), a entidade deve fazer a avaliação por meio da comparação do valor contábil de cada item do estoque com seu preço de venda, menos os custos para completar e vender. Caso esteja desvalorizado, “a entidade deve reduzir o valor contábil do estoque para seu preço de venda, menos os custos para completar e vender” (NBC TG 1000, 2010, p.151). Essa redução é uma perda por desvalorização e é reconhecida imediatamente no resultado. Para reverter esta redução, a entidade deve fazer nova avaliação, para verificar se as circunstâncias que originaram anteriormente a desvalorização dos estoques não existirem, de forma que o novo valor contábil seja o menor entre o custo e o valor revisado do preço de venda, menos custos para completar e vender (NBC TG 1000, 2010).

Segundo a NBC TG 1000 (2010), para o teste de redução ao valor recuperável no ágio por expectativa de rentabilidade futura, o valor justo não pode ser mensurado diretamente. Dessa forma, “o valor justo do ágio necessita ser obtido pela mensuração do valor justo da unidade geradora de caixa da qual o ágio faz parte” (NBC TG 1000, 2010, p.156). Então, o valor contábil dessa unidade “é ajustado de maneira nocional, antes de ser comparado com o seu valor recuperável, por meio do aumento do valor contábil do ágio alocado à unidade pela inclusão do ágio atribuível à participação dos não controladores” (NBC TG 1000, 2010, p.156). Esse valor contábil ajustado é comparado com o valor contábil da unidade, para determinar se houve desvalorização. De acordo com a NBC TG 1000 (2010), a perda por desvalorização reconhecida não deve ser revertida.

No que se refere aos tributos diferidos ativos, segundo a NBC TG 1000 (2010, p.175), “a entidade deve reconhecer uma provisão de redução dos ativos fiscais diferidos de maneira que o valor contábil líquido iguale o maior valor que seja mais provável do que não de ser recuperado, com base no lucro tributável corrente ou futuro”. A entidade deve revisar o valor contábil líquido de ativo fiscal diferido em cada balanço e deve ajustar a provisão refletindo a expectativa atual dos lucros tributáveis futuros. Tal ajuste deve ser reconhecido no resultado, exceto um ajuste atribuível a um item de receita ou despesa reconhecido como outro resultado abrangente (NBC TG 1000, 2010).

Segundo a NBC TG 1000 (2010, p.165), no caso de ativos provenientes de benefícios a empregados, “se um plano de benefício definido tenha sido introduzido ou alterado durante o período corrente, a entidade deve aumentar ou diminuir seu passivo com planos de benefícios definidos para refletir a alteração”. No entanto, “caso um plano tenha sido reduzido [...] ou liquidado [...], a obrigação com planos de benefícios definidos deve ser diminuída ou eliminada, e a entidade deve reconhecer o ganho ou a perda proveniente no resultado do período corrente” (NBC TG 1000, 2010, p.165).

Referente ao valor recuperável de instrumentos financeiros, mensurado com base no custo ou custo amortizado, segundo a NBC TG 1000 (2010), ao final de cada período, a entidade deve avaliar a existência de evidências quanto ao valor recuperável. “Se houver, a entidade reconhece, imediatamente, uma redução no valor recuperável no resultado” (NBC TG 1000, 2010, p.57). Segundo a NBC TG 1000 (2010), tais evidências incluem dificuldade financeira do emissor ou devedor, quebra de contrato por não pagamento ou inadimplência em relação ao pagamento dos juros ou do principal, tornou-se provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira, dados indicando que houve redução nos fluxos de caixa futuros estimados, mudanças significativas, com efeitos negativos no ambiente tecnológico, mercadológico, econômico ou legal em que o emissor opere. No entanto, se a “perda no valor recuperável diminui, e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento dessa perda [...], a entidade reverte a perda reconhecida anteriormente, seja diretamente ou pelo ajuste de conta de provisão” (NBC TG 1000, 2010, p.58). Este valor é reconhecido, no resultado.

Para a propriedade para investimento, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforço excessivo, é avaliada pelo valor justo a cada balanço com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado (NBC TG 1000, 2010, p.86).

Já para os ativos biológicos, “a entidade deve mensurá-los, no reconhecimento inicial e em cada balanço, pelo valor justo menos as despesas de venda. As alterações no valor justo menos as despesas de venda devem ser reconhecidos no resultado” (NBC TG 1000, 2010, p.192). Caso o valor justo não seja prontamente determinável, segundo a NBC TG 1000 (2010), a entidade deve mensurar, pelo custo menos depreciação e quaisquer perdas acumuladas, por redução ao valor recuperável.

De acordo com a NBC TG 1000 (2010), a entidade deve divulgar as informações para cada classe de ativo indicando o valor das perdas por desvalorização reconhecidas no resultado durante o período, e as contas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por desvalorização foram incluídas, além do valor das reversões de perdas por desvalorização reconhecidas no resultado durante o período, e as contas da demonstração do resultado nas quais essas perdas por desvalorização foram revertidas.

Para demais ativos, a entidade deve avaliar, em cada divulgação, se o valor recuperável do ativo for menor que seu valor contábil, ocorrendo isto, ela deve reduzir o valor contábil do ativo para seu valor recuperável (NBC TG 1000, 2010). Essa redução é uma perda por desvalorização. De acordo com a NBC TG 1000 (2010, p.153), “o valor recuperável de ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor justo menos despesa para vender e o seu valor em uso”. Se existe qualquer indicação de que uma perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores, possa não existir mais ou possa ter diminuído, a entidade deve determinar se toda ou parte da perda por desvalorização anterior deve ser revertida (NBC TG 1000, 2010).

No entanto, conforme a NBC TG 1000 (2010), nem sempre é necessário determinar o valor justo menos despesa para vender o ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses valores exceder o valor contábil do ativo, o ativo não sofre desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

Segundo a NBC TG 1000 (2010, p.153), existindo “indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a entidade deveria revisar a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização) ou o valor residual do ativo e ajustá-lo”.

No entanto, a sociedade contábil, buscando adaptar melhor a funcionalidade da NBC TG 1000, aprovou, em 2012, a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Porém, as entidades, que não desejarem optar pela ITG 1000, deverão continuar com a NBC TG 1000.

Referente ao *impairment* ITG 1000 (2012, p.04) cita que,

se um item do ativo imobilizado apresentar evidências de desvalorização, passando a ser improvável que gerará benefícios econômicos futuros ao longo de sua vida útil, o seu valor contábil deve ser reduzido ao valor recuperável, mediante o reconhecimento de perda por desvalorização ou por não recuperabilidade (*impairment*).

Portanto, além de emitir uma norma para as companhias abertas, o CFC emitiu esta Norma para aplicação às demonstrações contábeis de empresas de pequeno e médio porte, objetivando uma harmonização com as normas internacionais de contabilidade, já que esta tem por base a IFRS for SMEs do IASB, e, também, a promoção do uso dessa norma em demonstrações contábeis para fins gerais no Brasil.

## 2.5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma das principais finalidades da contabilidade é mostrar a situação patrimonial, financeira e a rentabilidade das empresas. Conforme Crepaldi (2002, p.16) a contabilidade “estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como o resultado econômico da gestão da riqueza patrimonial”.

A contabilidade é um dos principais sistemas de controle e informação das entidades. Interpretar as demonstrações financeiras nada mais é do que identificar as causas das variações ocorridas no patrimônio, do ponto de vista econômico e financeiro. Havendo uma análise das demonstrações financeiras, é possível verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, podendo, inclusive, avaliar alternativas (CREPALDI, 2002).

Para Matarazzo (2003, p.15) “as demonstrações financeiras fornecem uma serie de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.” Portanto, a análise tem como finalidade retirar os dados, as informações dos balanços para a tomada de decisão.

Ainda, segundo Matarazzo (2003), um dos elementos mais importantes na tomada de decisão relacionada a uma empresa é a análise das suas demonstrações financeiras. Saber analisar esta se tornou uma necessidade para as pessoas. No entanto, a análise exige noções do seu conteúdo, significado, origens e limitações.

Para a análise dos dados, é necessária a utilização de índices. Conforme Marion (2012, p. 24), “os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes por si só”. Portanto, os índices fornecem uma visão ampla da situação da empresa.

No entanto, conforme Crepaldi (2002, p.242), “um índice isolado, de somente um período, dificilmente pode ser encarado como significativo. Temos que analisar uma empresa por diversos anos para ver seu comportamento relativo”.

Ainda, segundo Padoveze (2004, p. 191), o acompanhamento mensal dos indicadores escolhidos e de suas tendências, possibilitará uma visão real das operações e do patrimônio empresarial, podendo-se tomar medidas corretivas do rumo dos negócios, caso as conclusões da análise assim exigir.

A situação financeira e a econômica podem ser analisadas separadamente, desta forma os índices são divididos entre os que evidenciam aspectos da situação financeira e aqueles que evidenciam aspectos da situação econômica.

Então, após a escolha das demonstrações a serem analisadas, seleciona-se os índices/indicadores que melhor se ajustam ao tipo de análise e, após o cálculo, compara-se esses indicadores (MARION, 2012). Neste sentido, serão abordados apenas os indicadores que podem sofrer o impacto da aplicação do teste de recuperabilidade de ativos.

### **2.5.1 Indicadores financeiros**

Os índices constituem o instrumento básico da Análise das Demonstrações Contábeis. Por si só eles dão a verdadeira situação econômico-financeira de uma empresa. Faz-se necessária a análise em conjunto e em comparação com padrões, e a importância relativa de cada um.

De acordo com Smith, Ferrarezi e Cia (2008, p. 07), “as demonstrações contábeis podem ser impactadas de diversas formas pelo registro de *impairment*, o destaque recai na

composição patrimonial das empresas”. Ainda segundo elas, “as demonstrações contábeis são impactadas pelo *impairment* quando na redução de ativo permanente e redução do patrimônio líquido”.

Perante as perspectivas, serão utilizados indicadores financeiros que estão diretamente ligados ao Ativo Permanente e ao Patrimônio Líquido, por sofrerem as influências da perda por *impairment*.

- Rentabilidade do Ativo:
  - Os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto rendeu os investimentos e, portanto, qual o grau de sucesso econômico da empresa. Marion (2012) afirma que a rentabilidade é medida em função dos investimentos. Os investimentos na literatura contábil são entendidos como todas as aplicações dos recursos captados de terceiros e de acionistas. Ainda, segundo Marion (2012), a administração apropriada do ativo proporciona maior retorno para as empresas. O índice de rentabilidade do ativo indica quanto a empresa obtém de lucro por cada R\$100,00 de investimento total, ou na sua forma percentual. Para Matarazzo (2003), este índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao seu ativo. É uma medida do potencial de lucro da empresa, uma medida da capacidade de gerar lucro líquido e capitalizar-se, também mede o desempenho comparativo da empresa ano a ano. É do tipo quanto maior melhor. O valor percentual é obtido pela fórmula:  $\text{Lucro Líquido/ativo} \times 100$ .
- Rentabilidade do Patrimônio Líquido:
  - A Rentabilidade do Patrimônio Líquido é o índice que mede quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$100,00 de Capital Próprio Investido (MATARAZZO, 2003). Índice quanto maior, melhor. Na sua forma percentual é obtido pela fórmula:  $\text{Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido Médio} \times 100$ . Conforme Matarazzo (2003), o papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar a taxa de rendimento do Capital Próprio. Este valor poderá ser comparado com o obtido por outros investimentos disponíveis no mercado. Somente com a possibilidade de lucro o investidor vai aplicar seus recursos.
- Imobilização do Patrimônio Líquido:

- Conforme Matarazzo (2003), imobilização do Patrimônio Líquido mostra quanto dos recursos foram aplicados no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido. Quanto maior for o índice resultante da relação, menos capital de giro próprio está sendo investido do giro dos negócios. Este índice é do tipo quanto menor, melhor, pois quanto mais a empresa investir no ativo permanente, menos recursos sobrarão para o ativo circulante e maior será a dependência de capitais de terceiros. (MATARAZZO, 2003) É obtido pela fórmula:  $\text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$ .
- Imobilização de Recursos não Correntes:
  - Este índice relaciona o percentual de recursos não correntes (patrimônio líquido + exigível a longo prazo) que a empresa aplicou no Ativo Permanente. É interpretado como quanto menor, melhor. Conforme Matarazzo (2003), é possível utilizar recursos de longo prazo, além dos recursos próprios, para financiar o ativo permanente, no entanto, este prazo deve ser compatível com a vida útil deste ativo ou este prazo deve ser suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar a dívida. Ainda segundo ele, este índice não deve ser superior a 100%, deve sempre existir um pequeno excesso destinado ao ativo circulante, pois este representa a folga financeira em curto prazo. A Imobilização de Recursos não Correntes é definida pela Fórmula:  $\text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo} \times 100$ .
- Participação de Capitais de Terceiros:
  - Participação de Capitais de Terceiros é obtida pela seguinte fórmula:  $\text{Capitais de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$ . Segundo Matarazzo (2003), ele indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$100,00 de capital próprio investido, é um índice que quanto menor, melhor. As empresas possuem duas fontes de recursos, capitais próprios e capitais de terceiros. Este indicador apresenta a relação entre estes dois. Ainda segundo Matarazzo, este é um indicador de risco ou dependência de capitais de terceiros e pode ser chamado de índice de Grau de Endividamento. Este índice aborda sempre a questão financeira da empresa.
- Composição do Endividamento:

- Os indicadores de endividamento fornecem elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa. Conforme Matarazzo (2003), após conhecer o grau de participação do capital de terceiros, é saber sua composição. Ainda segundo Matarazzo (2003), este expressa a porcentagem de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. A Composição do endividamento é também um índice da estrutura de capitais. É obtido pela fórmula:  $\text{Passivo Circulante/Capitais de Terceiros} \times 100$ . É um índice que quanto menor, melhor.
- **Liquidez Geral:**
  - Os indicadores de liquidez são utilizados para avaliar a situação financeira da empresa. De acordo com Matarazzo (2003), estes são índices que procuram medir quão sólida é a base financeira da empresa. A liquidez geral avalia a situação da empresa no longo prazo. Segundo Matarazzo (2003), este indica quanto a empresa possui de ativo circulante e realizável a longo prazo, para cada R\$1,00 de dívida total. Ainda segundo Matarazzo (2003), quanto maior for o resultado, melhor, pois, se assim for, indicará que a empresa consegue pagar todas as suas dívidas. Ele é obtido pela fórmula:  $\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}$ .
- **Liquidez Corrente:**
  - O índice de liquidez corrente expressa quanto a empresa possui no ativo circulante para cada R\$1,00 de passivo circulante (Matarazzo, 2003). Este indicador é obtido pela fórmula:  $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$ . Ainda, segundo Matarazzo (2003), quanto maior o resultado, melhor, pois indicará que os investimentos no ativo circulante são suficientes para cobrir as dívidas de curto prazo. Ele é obtido pela fórmula:  $\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$ .
- **Liquidez Seca:**
  - De acordo com Matarazzo (2003), o índice de liquidez seca mede o grau de excelência da situação financeira da empresa. Este indicador mostra quanto a empresa possui de ativo líquido para cada R\$1,00 de passivo circulante. É obtido pela fórmula:  $\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque} / \text{Passivo Circulante}$ . Quanto maior for o resultado, melhor.

No entanto, há três tipos básicos de se avaliar um índice, pelo significado intrínseco, pela comparação ao longo de vários exercícios, e, pela comparação com índices de outras empresas (índices-padrão). Neste trabalho, far-se-á comparação dos índices no tempo. A comparação dos índices de uma empresa vistos em anos anteriores revela-se bastante útil por mostrar tendências seguidas pela empresa. Essas informações permitem ao analista formar uma opinião a respeito das diversas políticas seguidas pela empresa (MATARAZZO, 2003).

Portanto, pode-se apresentar uma série de avaliações sobre a empresa. O importante é que as conclusões contenham informações que produzam reações em quem vai tomar decisões com base na análise. Por isso, considera-se de suma importância a utilização deste instrumento para que possa ser averiguada a influência da utilização ou não da perda por *impairment* nos balanços.

### **2.5.2 Teste de recuperabilidade de ativos e indicadores financeiros**

As alterações sofridas nas normas adotadas no Brasil almejavam a padronização com os padrões internacionais de contabilidade. Dentre as alterações, surgiu a necessidade de uma escrituração societária separada da fiscal. Para Iudícibus (1998, p.286), “uma das principais finalidades da contabilidade é demonstrar periodicamente a situação patrimonial, financeira e de rentabilidade da empresa”.

Neste sentido, Ferrarezi e Smith (2008, p. 05) afirmam que “a capacidade de gestão da empresa é algo premente na avaliação do risco desta, quando ela está ou não buscando recursos de terceiros além do mercado acionário”.

Conforme Carvalho *et al* (2011, p.14):

os testes estatísticos aplicados revelaram mudanças estatisticamente significantes na representação da situação econômico-financeira das companhias abertas listadas na BM&FBovespa no tocante à estrutura de capital e à liquidez, confirmando-se a hipótese da pesquisa para tais indicadores. As firmas apresentaram, na posição de 2008, maior endividamento, maior grau de imobilização do patrimônio líquido e queda na liquidez, em relação ao exercício de 2007. Percebem-se indicativos de que esses efeitos estejam relacionados com as alterações na forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil e dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Entre os processos de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil, encontra-se o a redução ao valor recuperável de ativo.

De acordo com Machado (2011, p. 14):

o estudo do teste de recuperabilidade do custo, auxilia análises de continuidade do negócio, pois a estimativa da capacidade de benefícios futuros é um importante fator considerado pelo analista financeiro, quando da avaliação de Demonstrações Contábeis. A prática do teste de *impairment*, interpretada perante o referencial teórico estabelecido, prove fundamentos para a afirmação de que este auxiliará na geração de informações mais corretas sobre o patrimônio, proporcionando melhores avaliações a respeito de rentabilidade e continuidade.

Ainda, segundo Machado (2011, p. 13), as despesas de *impairment* “servem como um indicador importante que auxilia o estudo de continuidade e viabilidade futura do empreendimento”.

Ferrarezi e Smith (2008, p. 05) salientam que, a aplicação do teste de recuperabilidade de ativos, “é benéfico para o mercado brasileiro, pois tende a prover maior transparência e credibilidade, proporcionando maior facilidade em captação de recursos por parte das companhias”.

Ainda segundo Ferrarezi e Smith (2008, p. 10), “o registro do *impairment* resultou em ajustes das demonstrações contábeis e impactou, [...], nos indicadores ROA, ROI, EVA, endividamento, no rendimento do imobilizado e no giro do imobilizado”. Portanto, a utilização do teste de recuperabilidade de ativos, poderá identificar indicadores mais próximos da realidade econômica e financeira da empresa, segundo a norma vigente. Dessa forma, sua aplicação, assegurando que os ativos estão registrados por valor que não exceda seus valores de recuperação, atrairá o interesse de novos investidores á empresa desde que se possa, por meio das demonstrações contábeis identificara as premissas fundamentais utilizadas para os cálculos.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO E DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Fernandes, Luft e Guimarães (1996, p.408) método é “processo racional para chegar a determinado fim; maneira de proceder; ordem ou sistema que se segue no estudo ou no ensino de qualquer disciplina; processo ou técnica para chegar ao conhecimento ou demonstração de verdade [...]”.

Isso vem ao encontro de Gil (2008, p.28) que define “método como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de processos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.” É a linha de raciocínio que orienta o processo de pesquisa.

Ainda nessa linha, para Marconi e Lakatos (2007, p.83) “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Do mesmo modo, Soares (2003, p.14, grifo do autor) expõe que “por método pode-se entender um conjunto de processos mediante os quais se torna possível chegar ao conhecimento de algo.” Outro aspecto levantado por Soares, é que “o método não é algo inventado ou escolhido ao acaso. Ao contrário; o método depende do *objeto de pesquisa*, do *problema* ao qual se propõe resolver e do *objetivo* da pesquisa”

Verifica-se que método é o caminho que será seguido para a realização da pesquisa. No entanto, existem delineamentos que podem ser escolhidos ao escrever um trabalho.

Kerlinger (1980, p.94 *apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p.76), expõe que “a palavra delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia para a experimentação, coleta de dados e análise”.

Ainda, segundo Gil,(2010), através da classificação, a qual torna possível reconhecer

semelhanças e diferenças dentro da pesquisa, é possível dispor de mais elementos para decidir a respeito da sua aplicabilidade na solução do problema, o que pode resultar na sua realização em tempo mais curto, aumentando a utilização de recursos e obtenção de resultados melhores.

Então, as pesquisas podem ser classificadas de diferentes formas. Entre esses delineamentos encontram-se a classificação segundo seus objetivos, seus procedimentos e abordagem do problema.

### **3.1.1 Classificação quanto aos objetivos**

Quanto aos objetivos, este estudo classifica-se como descritiva; Segundo Gil (2008, p.28), a pesquisa descritiva tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Do mesmo modo, Barros e Lehfeld (2000, p.70) na pesquisa descritiva, “não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexão com outros fenômenos”.

De forma similar, Andrade (2002 *apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p.81) destaca que a pesquisa descritiva se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador.

Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Neste tipo de pesquisa, encontramos a pesquisa documental e a bibliográfica.

### **3.1.2 Classificação quanto aos procedimentos**

Quanto aos procedimentos que serão aplicados para alcance dos objetivos, o presente trabalho utilizará de estudo multi-caso, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

De acordo com Raupp e Beuren,(2012, p.84) “a pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Este estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”.

No entanto, segundo Trininõs (1987*apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p. 85), o estudo multi-caso difere do estudo comparativo de casos pelo fato de propiciarem ao pesquisador a possibilidade de estudarem dois ou mais sujeitos, organizações etc., sem a necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa. Os estudos multicascos permitem que seja formulado um numero maior de perguntas em relação ao caso individual, levantando elementos que possam confirmar os encontros.

Com relação à pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2010, p.29) ela “é elaborada com base em materiais já publicados”. Ainda, segundo ele, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Isso vem ao encontro de Cervo e Bervian (1983 *apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p.86), que define pesquisa bibliográfica como a que:

explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Ainda nesta mesma linha, Barros e Lehfeld (2000, p.70) afirmam que para realizar uma pesquisa bibliográfica, “é fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagem já trabalhadas por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados”.

Referente à pesquisa documental, Gil (2010, p.30) declara que a mesma “apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença esta na natureza das fontes”.

Este tipo de pesquisa fundamenta-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico. Segundo Silva e Grigolo (2002 *apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p.89), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse

tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Na pesquisa documental, as fontes são diversificadas e dispersas, e classificam-se em dois tipos principais, as fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Gil (1996) define os documentos de primeira mão como os que não receberam nenhum tratamento analítico. Nestes, encontramos memorandos, ofícios, documentos de órgãos públicos, entre outros. Os documentos de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, entre outros.

Referente a documentação da empresa LTDA, estes foram obtidos junto ao escritório de contabilidade da mesma, com a autorização de seu proprietário para utilizar as demonstrações, mas sem declarar o nome da mesma. Dela foram utilizados os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado e as notas explicativas, todas de 2011 e 2012.

No que se refere a empresa Baldo S.A., a documentação utilizada foi extraída do site do Diário Oficial. Também foram utilizados os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado e as notas explicativas, todas de 2011 e 2012.

Portanto, a valia de qualquer pesquisa está em verificar fatos passados que demonstrem ser úteis na solução de desafios do presente.

### **3.1.3 Classificação quanto à abordagem do problema**

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois esta nos leva a uma série de leituras sobre o assunto, ou seja, descrever o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre ele, para que no final, possa ser colocado um ponto de vista conclusivo. (OLIVEIRA, 2002).

Ainda, segundo Richardson (1999 *apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p.91) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Do mesmo modo, Soares (2003) salienta que neste tipo de abordagem, o pesquisador interpreta os fatos, procurando soluções para o problema, podendo ser usado de inúmeras formas, tais como para descrever determinadas hipóteses, compreender e classificar processos, interpretar e analisar dados, entre outros.

Desse modo, este tipo de pesquisa é essencial para que haja um aprofundamento teórico ou prático, na questão relacionada ao trabalho.

### 3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS

A escolha das empresas teve critérios intencionais, serão empresas brasileiras, envolvidas com a produção e comercialização de erva-mate, sendo uma delas S.A de capital fechado e a outra uma LTDA.

Selecionadas as empresas, os dados serão coletados das demonstrações contábeis divulgadas no ano de 2011 e 2012, pois neste período, as empresas já se encontram na obrigatoriedade, por lei, a adotarem o pronunciamento CPC 01 (R1), onde será verificado se a mesma utiliza o teste *impairment*. Para efeito deste trabalho os termos teste *impairment* e teste de recuperabilidade de ativo serão utilizados como sinônimos.

Após a coleta dos dados, serão aplicados os indicadores financeiros que estão diretamente ligados ao Ativo Permanente (grupo no qual contém os grupos Investimento, Imobilizado, Intangível e Diferido) e ao Patrimônio Líquido, por sofrerem as influencias da perda por *impairment*.

Feito isto, serão feitos ajustes nos saldos destas demonstrações, desconsiderando as despesas do teste de *impairment*, como se a empresa não tivesse contabilizado. Serão calculados novamente os indicadores. A eliminação desta despesa, fara aumentar o Ativo da companhia e também o Patrimônio Líquido.

Para finalizar, serão confrontados os resultados dos indicadores financeiros, podendo ser feita uma análise dos resultados obtidos.

### 3.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para análise e interpretação dos dados, serão utilizadas tabelas do Microsoft Excel. Serão extraídos os saldos contábeis das demonstrações financeiras e dispostos em tabelas. Em outra tabela, estarão os indicadores selecionados para análise dos dados. Os resultados obtidos, neste primeiro cálculo, estarão em uma terceira tabela.

Na segunda fase, serão descontados os valores do teste de *impairment* dos saldos das demonstrações e estes estarão em uma nova tabela. Na última tabela estarão os resultados dos indicadores financeiro aplicados sobre os novos valores.

Para finalizar, far-se-á uma análise da variação encontrada entre os resultados das tabelas.

### 3.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Existem limitações de pesquisa utilizadas para produzir um trabalho, no que se refere aos delineamentos e classificações. Referente aos objetivos, segundo Triviños (1987, *apud* RAUPP; BEUREN, 2012, p.81), o estudo descritivo exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, cujo objetivo é conferir validade científica à pesquisa.

A respeito dos procedimentos, na pesquisa bibliográfica “haverá situações em que são poucas as bibliografias específicas disponíveis sobre o tema de pesquisa. Em outros casos, ao contrário, haverá tanto material que o estudante devesse ter um caráter seletivo que possibilite reter o essencial para o desenvolvimento da pesquisa [...]”. (RAUPP; BEUREN, 2012, p.87),

Ainda sobre os procedimentos, segundo, Gil (2010, p.37) estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”. Raupp e Beuren (2012, p.84) salientam que, “o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis a outros objetos ou fenômenos”.

Portanto, poderá haver empecilhos no desenvolvimento de um trabalho, no entanto, se o pesquisador conseguir realizar o delineamento correto, driblando as limitações, alcançará seus objetivos.

#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de aprofundar a análise do teste de recuperabilidade efetuado pelas companhias selecionadas, sendo uma empresa LTDA (empresa estudada) e a outra uma S.A. de capital fechado, com o objetivo de verificar a identificação da ocorrência de perdas por recuperabilidade em ativos e a evidenciação comparativa entre as duas empresas.

Foram coletadas e organizadas em tabelas, as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras das mesmas, referentes ao período de 2011 e 2012, dados estes utilizadas para realização dos cálculos nos indicadores constantes no Quadro 1- Indicadores selecionados para análise:

**Quadro 1.** - Indicadores selecionados para análise

<b>Índice</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Descrição</b>
1 - Rentabilidade do Ativo	<b>LL/AT x 100</b>	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100 de investimento.
2 - Rentabilidade do Patrimônio Líquido	<b>LL/PLm x 100</b>	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$100 de capital próprio.
3 - Imobilização do Patrimônio Líquido	<b>AP/PL x 100</b>	Quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$100,00 de Patrimônio Líquido.
4 - Composição do Endividamento	<b>PC/CT x 100</b>	Qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação as obrigações totais.
5 - Participação de Capitais de Terceiros	<b>CT/PL x 100</b>	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$100 de capital próprio.
6 - Imobilização dos Recursos Não Correntes	<b>AP/PL+ELP x 100</b>	Que percentual dos Recursos Não Correntes foi destinado a financiar o Ativo Permanente.
7 - Liquidez Geral	<b>AC+RAP/PC+ELP</b>	Quanto possui de ativo circulante e realizável a longo prazo para cada R\$1,00 de dívida total.
8- Liquidez Corrente	<b>AC/PC</b>	Quanto a empresa possui de ativo circulante para cada R\$1,00 de passivo circulante.
9 - Liquidez Seca	<b>AC-Estoque/PC</b>	Quanto a empresa possui de ativo líquido para cada R\$1,00 de passivo circulante.

**Fonte:** Adaptado de Matarazzo (2003).

Estes indicadores foram selecionados levando em conta autores como Smith, Ferrarezi e Cia (2008), onde citam que as demonstrações contábeis podem ser impactadas de diversas formas pelo registro de *impairment*, o destaque recai na composição patrimonial das empresas.

#### 4.1 DESCRIÇÕES DA UNIDADE DE ESTUDO– CASO EMPRESA ALFA LTDA

A primeira empresa analisada é uma companhia LTDA, com sua sede no Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de Arvorezinha. Envolvida com a industrialização e comercialização do produto erva-mate, esta é uma empresa familiar, , a qual será denominada como Alfa neste trabalho.

A contabilidade da empresa em estudo (LTDA) é prestada por empresa de contabilidade externa, onde são atendidas as Áreas Contábil, Fiscal e o Departamento de Pessoal.

Efetuando o estudo, foi verificado que a empresa não possui registro da perda pela não recuperabilidade de ativos nas suas Demonstrações Financeiras. Nas demonstrações contábeis da empresa, não apresentou no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e nas respectivas Notas Explicativas do ano de 2011 e 2012, nenhuma informação de que fizesse alguma revisão em seus ativos, com o intuito de verificar se houve alguma indicação de que os mesmos estavam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda.

As Demonstrações Financeiras do Ano de 2012 da referida empresa estarão na íntegra no **Anexo A** deste trabalho omitindo dados e informações que possam de forma efetiva descrever a empresa LTDA alvo deste estudo.

##### 4.1.1 Cálculo dos indicadores - caso empresa Alfa LTDA

A Tabela a seguir contém os saldos contábeis necessários aos cálculos dos indicadores propostos no Quadro 1- Indicadores selecionados para análise, extraídos das Demonstrações Financeiras:

**TABELA 1** – Saldos baseados das Demonstrações Financeiras Empresa Alfa LTDA

<i>Ano</i>	<i>CT</i>	<i>PL</i>	<i>AP</i>	<i>ELP</i>	<i>ATIVO</i>	<i>LL</i>
<b>2011</b>	185.778,25	1.205.148,18	835.941,33	0,00	1.390.926,43	436.572,86
<b>2012</b>	149.746,29	1.194.080,03	986.200,50	0,00	1.343.826,32	338.931,85
<i>Ano</i>	<i>PLm</i>	<i>PC</i>	<i>AC</i>	<i>Estoque</i>	<i>RLP</i>	
<b>2011</b>	1.081.861,75	185.778,25	554.153,78	269.050,87	836.772,65	
<b>2012</b>	1.199.614,11	149.746,29	356.258,81	150.099,32	987.567,51	

Fonte: Elaborada pelo autor

A tabela acima apresenta o saldo das contas que serão utilizadas para o cálculo dos indicadores selecionados.

Com base nos dados obtidos da empresa, foram calculados os indicadores estabelecidos. Os resultados constam nas Tabelas 2 – Indicadores baseados nas Demonstrações Financeiras Empresa Alfa LTDA , conforme apresentado abaixo:

**TABELA 2** – Indicadores baseados nas Demonstrações Financeiras Empresa Alfa LTDA

<i>Ano</i>	<i>LL/AT</i>	<i>LL/PLm</i>	<i>AP/PL</i>	<i>PC/CT</i>	<i>CT/PL</i>
<b>2011</b>	31,39	40,35	69,36	100,00	15,42
<b>2012</b>	25,22	28,25	82,59	100,00	12,54
<i>Ano</i>	<i>AP/PL+ELP</i>	<i>AC+RAP/PC+ELP</i>	<i>AC/PC</i>	<i>AC-Estoque/PC</i>	
<b>2011</b>	69,36	7,49	2,98	1,53	
<b>2012</b>	82,59	8,97	2,38	1,38	

Fonte: Elaborada pelo autor

Utilizando as formulas, dos indicadores selecionados, foram obtidos os resultados que estão dispostos na tabela acima.

O índice LL/AT - Rentabilidade do Ativo é uma medida do potencial de lucro por parte da empresa, isto é, ele mede a capacidade da empresa de gerar lucro líquido e assim se capitalizar. Observando o resultado deste indicador, utilizando as demonstrações financeiras da empresa, conclui-se que para cada R\$ 100,00 investidos, a empresa ganhou R\$ 31,39 em 2011 e R\$ 25,22 em 2012. Houve redução de 19,66% na rentabilidade do ativo de um ano para outro. Se calculado o prazo médio de retorno, utilizando-se do resultado deste índice, para o ano de 2012, a empresa demoraria, em média, de 4 anos e 1 meses para obter de volta o

montante investido, ou seja, para dobrar o valor de seu ativo, utilizando-se unicamente de seu lucro.

No que se refere ao índice LL/PLm – Rentabilidade do Patrimônio Líquido, este representa qual a taxa de rendimento do capital que os sócios investiram na empresa. Este pode ser comparado com a de outros rendimentos, como é o caso da Poupança. (MATARAZZO, 2003). O resultado deste indicador, no ano de 2011, para cada R\$100,00 do capital próprio investido, a empresa conseguiu R\$ 40,35 de lucro, e, em 2012 R\$ 28,25 de lucro. Ou seja, houve redução de 29,98% na rentabilidade do ativo de um ano para outro. Utilizando o resultado deste indicador, no ano de 2012, se calculado o prazo médio de retorno, conclui-se que, para a empresa recuperar seus investimentos, ela demoraria, em média, 3 anos e 6 meses.

Referente ao indicador AP/PL – Imobilização do Patrimônio Líquido, este mostra quanto dos recursos foram aplicados no Ativo Permanente, comparados com o Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no ativo permanente, menos recursos sobrarão para o ativo circulante e maior será a dependência de capitais de terceiros. O resultado deste indicador, mostra que para cada R\$ 100,00 do PL, a empresa aplicou R\$ 69,36, em 2011, em seu ativo permanente, e R\$ 82,59 em 2012. Houve um aumento na comparação AP com PL de um ano para outro em 19,07%. Ou seja, a empresa reduziu a disponibilidade de recursos próprios investidos no ativo circulante de R\$30,64 para R\$17,41 de cada R\$100,00 do PL.

Sobre o PC/CT – Composição do endividamento, este no mostra qual o percentual das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. O resultado deste indicador para ambos os anos, mostra que a empresa tinha 100% de suas dívidas vencíveis no curto prazo. Isso ocorreu devido a não existir registro, em seu Balanço Patrimonial, da conta Passivo não Circulante. Não há informações se essa conta realmente não existe ou se esta foi inserida no Passivo Circulante.

No que se refere ao CT/PL – Participação no Capital de Terceiros relaciona as duas formas de captação de recursos da empresa, Capital de Terceiros e Capital Próprio. Quanto maior seu resultado, maior a dependência de capitais de terceiros. O resultado deste indicador, para o ano de 2011, mostra que para cada R\$ 100,00 do capital próprio, a empresa tomou R\$15,42 de capitais de terceiros, e em 2012 ela tomou R\$12,54. Observando o resultado, pode-se concluir que, em ambos os anos, não existe esta dependência, pois no caso de 2011, para cada R\$1,00 do Capital de Terceiros, há R\$6,48 de Capital Próprio como garantia, e em 2012, há R\$7,97.

Referente ao AP/PL+ELP – Imobilização de Recursos Não Correntes, este demonstra que percentual dos Recursos não Correntes foi destinado ao Ativo Permanente. É possível utilizar recursos de longo prazo, além dos recursos próprios, para financiar o ativo permanente, no entanto, este prazo deve ser compatível com a vida útil deste ativo ou este prazo deve ser suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar a dívida. Para o ano de 2011, este índice mostra que a empresa destinou, ao ativo permanente, 69,36% dos recursos não correntes, e para o ano de 2012 destinou 82,59%. Logo podemos concluir que no ano de 2011, 30,64% dos recursos não correntes foram para o Ativo Circulante, e em 2012 foram 17,41%.

No que se refere a Liquidez Geral - AC+RAP/PC+ELP, este indica quanto a empresa possui de dinheiro, bens e direitos com relação as suas dívidas totais. Para o ano de 2011, a empresa possuía R\$7,49 para cada R\$1,00 de dívida total, ou seja, consegue pagar todas as suas dívidas e ainda lhe resta uma folga de R\$6,49, ou seja, ele apresenta uma margem de 749%. Já para o ano de 2012, houve um aumento de 19,76% neste índice, passando para R\$8,97 para cada R\$1,00 de dívida total, ou seja, consegue pagar todas as suas dívidas e ainda lhe resta uma folga de R\$7,97, ou seja, ele apresenta uma margem de 897%.

Para a Liquidez Corrente - AC/PC, este apresenta quanto a empresa possui de dinheiro, bens e direitos no curto prazo com relação as suas dívidas também no curto prazo. No ano de 2011, para cada R\$1,00 a empresa possuía R\$2,98, ou seja, seu ativo circulante é suficiente para cobrir suas dívidas no curto prazo e lhe permite uma folga de 298%, isto é, paga as dívidas e lhe resta R\$1,98. No ano de 2012, se comparado com o ano anterior, houve uma redução de 20,13%, no entanto, ainda lhe resta uma folga de 238%, ou seja, lhe sobra R\$1,38, pois para cada R\$1,00 de dívidas no curto prazo neste ano, a empresa possui R\$2,38 no ativo circulante.

Já para o índice de Liquidez Seca - AC-Estoque/PC, este mostra quanto a empresa possui de ativos líquidos para R\$ 1,00 de passivo circulante. No ano de 2011, para cada R\$1,00 de passivo circulante, a empresa possuía R\$1,53, ou seja, a empresa conseguia pagar suas dívidas de curto prazo somente com seus ativos líquidos, e ainda lhe sobrava R\$0,53 para cada R\$1,00 de dívida. Para o ano de 2012, houve uma redução neste índice, no entanto, a empresa ainda conseguia pagar suas dívidas de curto prazo somente com seus ativos líquidos, pois para cada R\$1,00 de dívidas no curto prazo, a empresa possuía R\$ 1,38 de ativos líquidos.

## 4.2 DESCRIÇÕES DA UNIDADE DE ESTUDO EMPRESA SA DE CAPITAL FECHADO – CASO EMPRESA BALDO S.A.

A empresa Baldo S.A., é uma companhia envolvida com a industrialização, comercialização e exportação da erva-mate, além da soja. Ela é uma S.A. de capital fechado, constituída no Brasil, com sua matriz no Rio Grande do Sul, no município de Encantado. Também possui outras três filiais, uma em Santa Catarina, uma no Paraná e outra no Rio Grande do Sul.

Teve início de suas atividades em 1920, a Baldo S.A. é especialista na produção de alimentos, fornecendo produtos para indústrias de todo Brasil, América Latina, Europa e Estados Unidos, empregando cerca de 250 colaboradores diretos. Em 1998, uniu forças com uma marca líder no segmento de erva-mate do Uruguai.

Realizado o estudo, foi verificado que a empresa possui registro da perda por não recuperabilidade de ativos nas suas Demonstrações Financeiras. Ela apresentou a forma de cálculo em suas notas explicativas juntamente com o valor contabilizado no ano em que ocorreu a perda, que neste caso foi em seus estoques. No entanto, este saldo não encontra-se visível no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado como prevê e orienta a norma vigente, a NBC TG 1000. Subentende-se que este valor, na DR, encontra-se incorporado nas despesas operacionais com Vendas.

As Demonstrações Financeiras da referida empresa estarão na íntegra no **Anexo B** deste trabalho.

### 4.2.1 Cálculo dos indicadores - caso empresa Baldo S.A.

A Tabela a seguir contém os saldos contábeis necessários aos cálculos dos indicadores propostos no Quadro 1- Indicadores selecionados para análise, extraídos das Demonstrações Financeiras:

**TABELA 3** – Saldos baseados das Demonstrações Financeiras Empresa Baldo S.A.

<i>Ano</i>	<i>CT</i>	<i>PL</i>	<i>AP</i>	<i>ELP</i>	<i>ATIVO</i>	<i>LL</i>
<b>2011</b>	50.685.784,00	191.223.925,00	57.218.474,00	38.685.315,00	241.909.709,00	23.159.926,00
<b>2012</b>	55.942.045,00	222.835.094,00	57.432.691,00	40.218.803,00	278.777.139,00	38.738.903,00
<i>Ano</i>	<i>PLm</i>	<i>PC</i>	<i>AC</i>	<i>Estoque</i>	<i>RLP</i>	
<b>2011</b>	206.407.994,00	12.000.469,00	163.113.917,00	52.448.957,00	78.795.792,00	
<b>2012</b>	207.029.509,50	15.723.242,00	180.398.846,00	58.144.167,00	98.378.275,00	

**Fonte:** Elaborada pelo autor

A tabela acima apresenta o saldo das contas, extraídos das demonstrações financeiras, que serão utilizadas para o cálculo dos indicadores selecionados.

Com base nos dados obtidos da empresa, foram calculados os indicadores estabelecidos no Quadro 1- Indicadores selecionados para análise. Os resultados constam nas Tabelas 4:

**TABELA 4** – Indicadores baseados nas Demonstrações Financeiras Empresa Baldo S.A.

<i>Ano</i>	<i>LL/AT</i>	<i>LL/PLm</i>	<i>AP/PL</i>	<i>PC/CT</i>	<i>CT/PL</i>
<b>2011</b>	9,57	11,22	29,92	23,68	26,51
<b>2012</b>	13,90	18,71	25,77	28,11	25,10
<i>Ano</i>	<i>AP/PL+ELP</i>	<i>AC+RAP/PC+ELP</i>	<i>AC/PC</i>	<i>AC-Estoque/PC</i>	
<b>2011</b>	24,89	4,77	13,59	9,22	
<b>2012</b>	21,83	4,98	11,47	7,78	

**Fonte:** Elaborada pelo autor

Utilizando as formulas, dos indicadores selecionados, foram obtidos os resultados, com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela empresa, que estão dispostos na tabela acima.

#### 4.2.2 Cálculo dos indicadores – empresa Baldo S.A. sem o registro do *Impairment*

A Tabela 5 demonstra o saldo contabilizado como resultado do *impairment test*, nas Demonstrações Financeiras. Para analisar a relevância do mesmo, este foi comparado com o Ativo Circulante, com o Estoque e com a Receita Operacional Líquida, através de Análise Horizontal conforme segue:

**TABELA 5** – Perdas com *impairment*, no período em estudo - Empresa Baldo S.A.

<i>Ano</i>	<i>Perda na recuperação de ativos (em Reais)</i>	<i>Impairment/AC (AH)</i>	<i>Imp/Estoque (AH)</i>	<i>Imp/Rec Liq (AH)</i>
<b>2011</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2012</b>	R\$ 1.699.079,00	R\$ 0,94	R\$ 2,92	R\$ 0,78

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

A tabela acima apresenta o montante contabilizado pela empresa quanto a perda pela não recuperabilidade de ativos nos períodos estudados, além de uma breve análise desse valor, com as contas na qual foi registrado.

No ano de 2011, em suas Demonstrações Financeiras, havia notas explicativas, com informações sobre o teste de recuperabilidade de ativos, no entanto, não houve nenhum registro de que houvesse ocorrido alguma perda neste período, por isso seu valor, na tabela acima, encontra-se zerado.

Para as demonstrações de 2012 da empresa Baldo S.A., foi desconsiderada a Perda na Recuperação de Ativos, seus os saldos contábeis foram ajustados, como se não houvesse esta contabilização, apresentando os seguintes valores:

**TABELA 6** – Saldos ajustado das Demonstrações Financeiras - Empresa Baldo S.A.

<i>Ano</i>	<i>CT</i>	<i>PL</i>	<i>AP</i>	<i>ELP</i>	<i>ATIVO</i>	<i>LL</i>
<b>2011</b>	50.685.784,00	191.223.925,00	57.218.474,00	38.685.315,00	241.909.709,00	23.159.926,00
<b>2012</b>	55.942.045,00	224.534.174,00	57.432.691,00	40.218.803,00	280.476.219,00	40.437.982,00

  

<i>Ano</i>	<i>PLm</i>	<i>PC</i>	<i>AC</i>	<i>Estoque</i>	<i>RLP</i>
<b>2011</b>	206.407.994,00	12.000.469,00	163.113.917,00	52.448.957,00	78.795.792,00
<b>2012</b>	207.879.049,50	15.723.242,00	182.097.944,00	59.843.247,00	98.378.275,00

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Foi extraído o saldo registrado por perda pela não recuperabilidade de ativo, das contas em que este valor fazia parte, e a tabela acima apresentam estes novos valores.

Com os saldos das demonstrações ajustados, calcularam-se novamente os indicadores propostos no Quadro 1- Indicadores selecionados para análise, apresentando os resultados na Tabela 7:

**TABELA 7** – Indicadores desconsiderando o *impairment* - Empresa Baldo S.A.

<i>Ano</i>	<i>LL/AT</i>	<i>LL/PLm</i>	<i>AP/PL</i>	<i>PC/CT</i>	<i>CT/PL</i>
<b>2011</b>	9,57	11,22	29,92	23,68	26,51
<b>2012</b>	14,42	19,45	25,58	28,11	24,91

Ano	AP/PL+ELP	AC+RAP/PC+ELP	AC/PC	AC-Estoque/PC
2011	24,89	4,77	13,59	9,22
2012	21,69	5,01	11,58	7,78

Fonte: Elaborada pelo autor.

O resultado constante na tabela acima foi obtido utilizando as formulas, dos indicadores selecionados, com base no saldo ajustado das demonstrações financeiras, sem o registro do *impairment*.

#### 4.2.3 Confronto de resultados dos indicadores-empresa Baldo S.A.

Efetuosos os cálculos dos indicadores, para os saldos das Demonstrações Financeiras com a perda com *impairment* e sem o registro do mesmo (Tabela 4 e 7), demonstram-se agora as variações em percentuais:

**TABELA 8** – Variações encontradas nos resultados

Ano	% Variação LL/AT	% Variação LL/PLm	% Variação AP/PL	% Variação PC/CT	% Variação CT/PL
2011	0	0	0	0	0
2012	3,75	3,96	-0,76	0	-0,76

  

Ano	% Variação AP/PL+ELP	% Variação AC+RAP/PC+ELP	% Variação AC/PC	% Variação AC-Estoque/PC
2011	0	0	0	0
2012	-0,64	0,6	-0,93	0

Fonte: Elaborada pelo autor.

A tabela 8 apresenta a variação encontrada nos índices, ou seja, a diferença, em percentual, dos saldos encontrados nos indicadores, com o registro da perda pela não recuperabilidade de ativos e sem o registro da mesma.

Salienta-se que em 2011 os valores estão zerados por não ter ocorrido alterações nos indicadores, já que não houve registros de perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Observa-se que, no ano de 2012, as maiores variações foram nos indicadores de rentabilidade (LL/AT e LL/PLm), índices estes que mostram quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.

O índice LL/AT - Rentabilidade do Ativo é uma medida do potencial de lucro por parte da empresa, isto é, ele mede a capacidade da empresa de gerar lucro líquido e assim se capitalizar. Observando o resultado deste indicador, utilizando as demonstrações que contabilizaram a perda pela não recuperabilidade de ativos, conclui-se que para cada R\$ 100,00 investidos, a empresa ganhou R\$ 9,57 em 2011 e R\$ 13,90 em 2012. Houve um aumento na rentabilidade do ativo de um ano para outro. Utilizando-se do resultado deste índice para 2012, e aplicando o prazo médio de retorno, a empresa demoraria, em média, de 7 anos e 3 meses para obter de volta o montante investido, ou seja, para dobrar o valor de seu ativo, utilizando-se unicamente de seu lucro, ele demoraria este período.

Já o resultado deste mesmo indicador, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos, para cada R\$ 100,00 investidos, a empresa ganhou R\$ 14,42 em 2012. No entanto, analisando o novo resultado de 2012, a empresa necessitaria de 6 anos e 11 meses para obter de volta o montante investido.

No que se refere ao índice LL/PLm – Rentabilidade do Patrimônio Líquido, este representa qual a taxa de rendimento do capital que os sócios investiram na empresa. Este pode ser comparado com a de outros rendimentos, como é o caso da Poupança. O resultado deste indicador, utilizando as demonstrações que contabilizaram a perda pela não recuperabilidade de ativos, no ano de 2011, para cada R\$100,00 do capital próprio investido, a empresa conseguiu R\$ 11,22 de lucro, e, em 2012 R\$ 18,71 de lucro. Ou seja, houve aumento na rentabilidade do ativo de um ano para outro. Analisando somente o resultado de 2012, para a empresa recuperar seus investimentos, ela demoraria, em média, 5 anos e 4 meses.

Com a utilização das demonstrações da empresa, extraída a contabilização da perda pela não recuperabilidade de ativos, para cada R\$100,00 do capital próprio investido, em 2012 a empresa passou para R\$ 19,45 de lucro. Analisando o novo resultado de 2012, a empresa demoraria 5 anos e 2 meses para recuperar o valor investido.

Referente ao indicador AP/PL –Imobilização do Patrimônio Líquido, este mostra quanto dos recursos foram aplicados no Ativo Permanente, comparados com o Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no ativo permanente, menos recursos sobrarão para o ativo circulante e maior será a dependência de capitais de terceiros. O resultado deste indicador, utilizando as demonstrações com a perda pela não recuperabilidade de ativos, mostra que para cada R\$ 100,00 do PL, a empresa aplicou R\$ 29,92, em 2011, em seu ativo permanente, e R\$ 25,77 em 2012. Houve uma redução na comparação AP com PL de um ano

para outro, no entanto, isso ocorreu, principalmente, devido ao aumento da Reserva de Lucros. No ano de 2012, o AP representa 25,77% do PL.

O resultado deste mesmo indicador, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos, para cada R\$ 100,00 do PL, a empresa aplicou R\$ 25,58 em seu ativo permanente em 2012.

Sobre o PC/CT – Composição do endividamento, este nos mostra qual o percentual das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. O resultado deste indicador utilizando os saldos com e sem a perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2011, mostra que a empresa tinha 23,68% de suas dívidas vencíveis a curto prazo, e em 2012 este valor aumentou para 28,11%. Apesar do aumento de 18,71% neste valor, de um ano para outro, nota-se que a concentração das dívidas está no longo prazo, e, portanto, a empresa tem mais tempo para se planejar caso haja uma situação de dificuldade.

No que se refere ao CT/PL – Participação no Capital de Terceiros relaciona as duas formas de captação de recursos da empresa, Capital de Terceiros e Capital Próprio. Quanto maior seu resultado, maior a dependência de capitais de terceiros. O resultado deste indicador, utilizando os saldos com a perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2011, mostra que para cada R\$ 100,00 do capital próprio, a empresa tomou R\$26,51 de capitais de terceiros, e em 2012 ela tomou R\$ 25,10. Observando o resultado, em ambos os anos, não existe esta dependência, pois no caso de 2011, para cada R\$1,00 do Capital de Terceiros, há R\$3,77 de Capital Próprio como garantia, e em 2012, há R\$3,98.

Extraídos os saldos da perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2012, mostra que para cada R\$ 100,00 do capital próprio, a empresa tomou R\$ R\$ 24,91 de capitais de terceiros. Não existe dependência do capital de terceiros, pois no caso de 2012, para cada R\$1,00 do Capital de Terceiros, há R\$4,01 de Capital Próprio como garantia.

Referente ao AP/PL+ELP – Imobilização de Recursos Não Correntes, este demonstra que percentual dos Recursos não Correntes foi destinado ao Ativo Permanente. É possível utilizar recursos de longo prazo, além dos recursos próprios, para financiar o ativo permanente, no entanto, este prazo deve ser compatível com a vida útil deste ativo ou este prazo deve ser suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar a dívida. Para o ano de 2011, utilizando os saldos com a perda pela não recuperabilidade de ativos, este índice mostra que a empresa destinou, ao ativo permanente, 24,89% dos recursos não correntes, e para o ano de 2012 destinou 21,83%. Logo podemos concluir que no ano de 2011, 75,11%

dos recursos não correntes foram para o Ativo Circulante, e em 2012 foram 78,17%, e este valor representa a folga financeira no curto prazo.

A utilização deste mesmo índice extraídos os saldos da perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2012, este mostrou que a empresa destinou, ao ativo permanente, 21,69% dos recursos não correntes. Pode-se concluir que no ano de 2012, 78,31% dos recursos não correntes foram para o Ativo Circulante.

No que se refere a Liquidez Geral -  $AC+RAP/PC+ELP$ , este indica quanto a empresa possui de dinheiro, bens e direitos com relação as suas dívidas totais. Para o ano de 2011, utilizando os saldos das demonstrações, com o registro da perda, a empresa possuía R\$4,77 de investimentos realizáveis no curto prazo para cada R\$1,00 de dívida total, ou seja, consegue pagar todas as suas dívidas e ainda lhe resta uma folga de R\$3,77, ou seja, ele apresenta uma margem de 477%. Não houve contabilização de *impairment* neste ano.

Já para o ano de 2012, utilizando os saldos das demonstrações, com o registro da perda, houve um aumento de 4,40% neste índice, passando para R\$4,98 de investimentos realizáveis no curto prazo de cada R\$1,00 de dívida total, ou seja, consegue pagar todas as suas dívidas e ainda lhe resta uma folga de R\$3,98.

A utilização deste mesmo índice, extraídos os saldos da perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2012, resultou em um aumento de 0,6% em seu valor, passando para R\$5,01 de cada R\$1,00 de dívida total, ou seja, consegue pagar todas as suas dívidas e ainda lhe resta uma folga de R\$4,01.

Para a Liquidez Corrente -  $AC/PC$ , este apresenta quanto a empresa possui de dinheiro, bens e direitos no curto prazo com relação as suas dívidas também no curto prazo. No ano de 2011, utilizando os saldos das demonstrações, com o registro da perda, para cada R\$1,00 do passivo circulante, a empresa possuía R\$13,59 de ativo circulante, ou seja, seu ativo circulante é suficiente para cobrir suas dívidas no curto prazo e lhe permite uma folga de R\$12,59.

No ano de 2012, utilizando os saldos das demonstrações, com o registro da perda, se comparado com o ano anterior, houve redução em 15,6%, pois, para cada R\$1,00 do passivo circulante, a empresa possuía R\$11,47 de ativo circulante.

No entanto, a utilização deste mesmo índice, extraídos os saldos da perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2012, resultou em um aumento de 0,96%, passando para R\$11,58 de ativo circulante para cada R\$1,00 do passivo circulante.

Já para o índice de Liquidez Seca - AC-Estoque/PC, este mostra quanto a empresa possui de ativos líquidos para R\$ 1,00 de passivo circulante. No ano de 2011, utilizando os saldos das demonstrações, com o registro da perda, para cada R\$1,00 de passivo circulante, a empresa possuía R\$9,22, ou seja, a empresa conseguia pagar suas dividas de curto prazo somente com seus ativos líquidos, e ainda lhe sobrava R\$8,22 para cada R\$1,00 de dívida. Para o ano de 2012, utilizando os saldos das demonstrações, com o registro da perda, houve uma redução neste índice, no entanto, a empresa ainda consegue pagar suas dividas de curto prazo somente com seus ativos líquidos, pois, para cada R\$1,00 de dividas no curto prazo, a empresa possuía R\$ 7,78 de ativos líquidos, ou seja, a empresa conseguia pagar suas dividas de curto prazo somente com seus ativos líquidos, e ainda lhe sobrava R\$6,78 de folga para cada R\$1,00 de dívida.

A utilização deste índice, extraídos os saldos da perda pela não recuperabilidade de ativos, para o ano de 2012, não houve alteração no resultado, pois, para cada R\$1,00 de dividas no curto prazo, a empresa possuía R\$ 7,78 de ativos líquidos.

Cabe aqui salientar que a expressão *impairment* ou redução ao valor recuperável de ativos é coerente com o conceito de que ativos, que são bens e direitos controlados pela entidade, do qual se esperam futuros benefícios econômicos, pois o objetivo da aplicação deste teste é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda, gerando uma informação de geração de fluxo financeiro que, provavelmente, não acontecerá.

#### 4.3 IMPACTO DO TEXTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS NOS INDICADORES FINANCEIROS SELECIONADOS

##### 4.3.1 Empresa Alfa LTDA

Conforme informado anteriormente, a empresa Alfa LTDA não possui registro da perda por não recuperabilidade de ativos nas suas Demonstrações Financeiras e não apresentou nenhuma informação de que fizesse alguma revisão em seus ativos, portanto, não

foi possível dar sequência ao estudo, nesta empresa, limitando-se apenas a análise dos indicadores, utilizando os saldos das demonstrações financeiras divulgadas pela mesma.

Diante das informações que dispunha, não foi possível identificar se a empresa não aplicou o teste de recuperabilidade em seus ativos, se aplicou e não evidenciou, ou se não houve indicativo de perda nos períodos estudados.

#### **4.3.2 Empresa Baldo S.A.**

Nas demonstrações da empresa Baldo S.A., foi identificado o registro da perda pela não recuperabilidade de ativos, no período de 2012. Esta perda foi identificada e contabilizada na conta Estoque, no valor de R\$1.699.080,00. No entanto, essas informações só estavam visíveis em suas notas explicativas, não aparecendo, este saldo, no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Devido a este fato, na DR, foi suposto que esta perda havia sido contabilizada nas despesas operacionais com vendas.

Com base nos resultados obtidos nos indicadores financeiros, foi realizada uma análise comparativa entre os saldos apresentados, sem o registro da perda de recuperabilidade e com o registro da mesma.

No índice LL/AT - Rentabilidade do Ativo, que mede a capacidade da empresa de gerar lucro líquido e assim se capitalizar, se compararmos os resultados, utilizando o saldo sem a perda pela não recuperabilidade de ativos com o saldo em que houve o registro da perda, percebe-se que a contabilização da perda por *impairment* impactou neste índice, reduzindo-o em 3,61%, passando de R\$14,42 para R\$13,90 de ganho para cada R\$100,00 investido, uma vez que o valor desta perda é descontada de contas que refletem tanto no lucro líquido quanto no ativo total.

Referente ao índice LL/PLm – Rentabilidade do Patrimônio Líquido, a comparação entre os resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda, conclui-se que a contabilização da perda por *impairment* também impacta no resultado deste indicador, reduzindo a lucratividade do ativo em 3,80%, isto é, de R\$19,45 passou para R\$18,71 de lucro para cada R\$100,00 investido.

No que se refere ao indicador AP/PL – Imobilização do Patrimônio Líquido, se comparado os resultados utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos

e o saldo em que houve o registro da perda, este mostra que houve redução da disponibilidade de recursos próprios investidos no ativo circulante de R\$74,42 para R\$74,23 de cada R\$100,00 do PL, devido ao *impairment*, ou ainda, que ocorreu uma redução em 0,76% neste índice, devido ao acréscimo do saldo (antes descontado), do teste de recuperabilidade de ativos, no Patrimônio Líquido. Portanto, o *impairment* impactou neste indicador por reduzir o saldo do PL, no entanto, se esta perda tivesse ocorrido em seu imobilizado ou intangível, certamente o resultado e seu impacto seriam mais significativos.

Sobre o PC/CT – Composição do endividamento, que mostra o percentual das obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, na comparação dos resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda, concluiu-se que não houve impacto do *impairment* neste estudo.

No CT/PL – Participação no Capital de Terceiros, a comparação dos resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda, resultou no aumento de 0,76% neste indicador, passando de R\$24,91 para R\$25,10 de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 do capital próprio, e, este impacto pelo *impairment*, ocorreu devido a redução do saldo do patrimônio líquido.

Referente ao AP/PL+ELP – Imobilização de Recursos Não Correntes, na comparação dos resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda, houve um aumento de 0,65% neste índice, pois, passou de 21,69% para 21,83% dos recursos não correntes foram destinados para ao ativo permanente. Pode-se concluir que houve uma redução na folga financeira da empresa em 0,18%, uma vez que, de 78,31% passou para 78,17%, dos recursos não correntes destinados ao Ativo Circulante. O impacto pelo *impairment*, neste indicador, ocorreu devido a redução do saldo do PL. Se esta perda tivesse ocorrido em seu Ativo Permanente, certamente o impacto seria mais significativo.

No que se refere a Liquidez Geral - AC+RAP/PC+ELP, a comparação dos resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda, observa-se que houve uma redução de 0,6% no resultado, uma vez que, de R\$5,01 passando para R\$4,98 de investimentos realizáveis no curto prazo de cada R\$1,00 de dívida total. O registro da perda neste indicador impactou reduzindo a folga de investimentos realizáveis no curto prazo comparados com as dívidas totais, em 0,75%.

Para a Liquidez Corrente - AC/PC, a comparação dos resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda,

resultou em uma redução de 0,95%, passando de R\$11,58 para R\$11,47 de ativo circulante para cada R\$1,00 do passivo circulante. Isso significa que registro da perda pela não recuperabilidade de ativos neste indicador impactou reduzindo a folga financeira.

Já para o índice de Liquidez Seca - AC-Estoque/PC, na comparação dos resultados, utilizando os saldos sem a perda pela não recuperabilidade de ativos e o saldo em que houve o registro da perda, não verificou-se alteração, uma vez que, neste índice, extraiu-se do ativo circulante a conta na qual estava registrada a perda. Portanto, neste estudo, o registro do *impairment* não impactou neste índice.

Para uma melhor compreensão da análise realizada acima, foi disposta na tabela 9, os resultados utilizados no estudo.

#### 4.3.3 Empresa Baldo S.A. – Identificação do impacto do Teste de Recuperabilidade nos Indicadores Contábeis

Com base nas informações e resultados, foi criada a tabela 9, apresentado os saldos dos indicadores financeiros selecionados, no ano de 2012:

**TABELA 9** – Confronto dos resultados nos indicadores financeiros - 2012

<i>Resultado</i>	<i>LL/AT</i>	<i>LL/PLm</i>	<i>AP/PL</i>	<i>PC/CT</i>	<i>CT/PL</i>
Sem <i>impairment</i>	14,42	19,45	25,58	28,11	24,91
Com <i>impairment</i>	<u>13,90</u>	<u>18,71</u>	<u>25,77</u>	28,11	<u>25,10</u>
<i>Resultado</i>	<i>AP/PL+ELP</i>	<i>AC+RAP/PC+ELP</i>	<i>AC/PC</i>	<i>AC-Estoque/PC</i>	
Sem <i>impairment</i>	21,69	5,01	11,58	7,78	
Com <i>impairment</i>	<u>21,83</u>	<u>4,98</u>	<u>11,47</u>	7,78	

**Fonte:** Elaborada pelo autor.

A tabela 9 confronta os resultados dos indicadores, utilizando os saldos das demonstrações financeiras, com o registro da perda por *impairment*, e, após a exclusão deste registro, os saldos ajustados, sem a mesma.

Com base nos resultados, pode-se concluir que, o registro da perda pela não recuperabilidade de ativos, impacta nos indicadores financeiro.

- Análise do Impacto:

Nos índices de rentabilidade, o registro do *impairment* reduziu seus resultados, podendo-se concluir que, ao contabilizar uma perda em um ativo, este resultará em uma redução no grau de êxito econômico da empresa, ou seja, mostrará que ela será menos eficiente.

Já nos índices de estrutura de capital, o registro da perda acarretou em um aumento no resultado destes indicadores, com exceção apenas do índice de composição do endividamento, devido a redução do saldo de capital próprio (PL) da empresa, uma vez que o registro origina em uma redução do resultado do período, significando que, poderá haver uma redução no montante de recursos a serem concedidos.

Para os índices de liquidez, a contabilização da perda resultou em uma redução nestes indicadores, com exceção apenas do índice de liquidez seca, reduzindo a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações, ou seja, diminuirá a capacidade de quitar suas dívidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, ocorreram diversas alterações na legislação contábil. Tais mudanças visaram adequar a contabilidade brasileira às normas internacionais, para oferecer aos diversos usuários, informações mais corretas a respeito do patrimônio das empresas.

Valendo-se dessas alterações, esse estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: **há impacto do Teste de Recuperabilidade de Ativos de acordo com a análise das demonstrações financeiras?**

Conforme os dados levantados e a posterior análise dos resultados, concluiu-se que despesas de *impairment*, estas sempre impactam os indicadores utilizados no estudo, assim, para o estudo em pauta pode-se afirmar que há impacto do registro de perdas por recuperabilidade nos indicadores contábeis em questão.

Utilizando os dados da empresa Baldo S.A., pode-se concluir que a contabilização da perda por *impairment* reduziu os indicadores de rentabilidade, índices estes que estão ligados ao retorno do investimento, uma vez que o registro desta perda nos remete que, tal ativo, neste caso foi o estoque, não poderá recuperar o valor pelo qual estava registrado anteriormente, por isso reduzirá a taxa de retorno, resultando em uma diminuição no grau de êxito econômico da empresa, ou seja, ela será menos eficiente.

Para os indicadores de estrutura de capital, os quais mostram as decisões financeiras para obtenção e aplicação de recursos, o registro da perda, aumentou a maioria dos resultados, (com exceção apenas no índice de composição do endividamento que permaneceu com o mesmo valor) principalmente por reduzir o valor do Patrimônio Líquido, que é o capital próprio da empresa, uma vez que sua contabilização desta perda reduz o resultado do período, significando que houve uma redução na obtenção de recursos.

Já para os indicadores de liquidez, que demonstram a base da situação financeira da empresa, a contabilização da perda pela não recuperação de ativos reduziu a maioria dos resultados, com exceção apenas do índice de liquidez seca (pela obviedade da exclusão de

contas de menor liquidez de conversão, sendo o estoque uma destas contas), e assim, reduzindo a capacidade de pagamento da empresa frente a suas obrigações, ou seja, diminuiu a capacidade de quitar suas dívidas.

Neste contexto, o objetivo do trabalho foi atendido, ao possibilitar a identificação e demonstração do impacto do teste de recuperabilidade de ativos nas análises das demonstrações financeiras.

Uma vez que pode-se comparar ambos os resultados dos indicadores, isto é, índices com o saldo do *impairment* e sem a contabilização desta perda havendo redução dos indicadores em comparação com seus mesmos saldos na hipótese de não ter havido o registro da perda.

Além deste objetivo, os objetivos específicos também foram alcançados, pois foi possível identificar os saldos das contas onde constavam o Teste de Recuperabilidade de Ativos, verificar os indicadores financeiros mais significativos para a avaliação dos dados, aplicar os indicadores financeiros nas contas a serem analisadas, e, por fim, confrontar os resultados obtidos.

Espera-se que o presente trabalho de conclusão de curso sirva de base para futuras pesquisas, visto que este pode ser aplicado em qualquer entidade, independente de sua constituição jurídica.

No entanto, para que isso seja possível, é necessário que os dados a serem analisados representem a realidade dos componentes patrimoniais.

Entretanto, constatou-se que, nas demonstrações da empresa Alfa LTDA, esta não apresentou, nem demonstrou a ocorrência do teste para verificar se seus ativos estavam registrados por valores que não pudessem ser recuperados, seja por uso ou por uma eventual venda.

Devido a este fato, não foi possível realizar as mesmas análises que foram verificadas na empresa Baldo SA.

Portanto, novas pesquisas podem ser feitas, considerando que, em um dos ativos desta entidade, tenha sido reconhecida uma perda por desvalorização, ou ainda uma nova comparação entre diferentes constituições de pessoas jurídicas.

Registra-se como sugestão que esta perda seja registrada em seu Ativo Permanente, já que este pareceu impactar mais significativamente nos indicadores selecionados.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei nº 11.638, de 29-12-2007**. São Paulo: Atlas, 2008.

BARROS, Ardil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para iniciação científica**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BORGES, Karina Aparecida. **Os impactos de uma nova abordagem na avaliação de ativos com vistas nas novas legislações contábeis: Editor Jornal de Beltrão S/A**. 2011. Disponível em [www.pb.utfpr.edu.br](http://www.pb.utfpr.edu.br). Acesso em 24/08/2013.

CARVALHO, Fernanda Abreu; PONTE, Vera Maria Rodrigues; COELHO, Antonio Carlos Dias; LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Impacto de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras**. 2011. Disponível em [www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/307](http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/307). Acesso em: 20/07/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, **Pronunciamento conceitual básico - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. 2011. Disponível em [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br). Acesso em: 04/05/2013

\_\_\_\_\_, **NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em [www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br). Acesso em: 07/09/2013

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 45ª ed. São Paulo: Globo, 1996.

FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira; SMITH, Marinês Santana Justo. **Impairment – Conceitos iniciais e seu impacto pelo valor de mercado: estudo de caso**

de uma “Sociedade Ltda” da cidade de Franca. 2008. Disponível em [unifacef.com.br](http://unifacef.com.br). Acesso em: 03/08/2013.

\_\_\_\_; \_\_\_\_; CIA, Joanília Neide de Sales. **Impairment – Obrigatoriedade ou estratégia: O caso de uma “Sociedade LTDA”**. Disponível em: [dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais). Acesso em: 10/10/2013

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade Teoria e Prática Básica**. 9ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **IAS 36– Impairment of Assets**. 2004. Disponível em [www.ifrs.org](http://www.ifrs.org). Acesso em: 04/05/2013

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_; MARION, Jose Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

\_\_\_\_; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades.Suplemento**. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Conversão de Demonstrações Contábeis**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MACHADO, Julio Henrique. **Influência do teste de recuperabilidade do custo na análise de demonstrações financeiras**. Disponível em [www.dcc.uem.br](http://www.dcc.uem.br). Acesso em: 06/05/2013

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 2005.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

- NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- OLINTO, Antonio. **Minidicionário Antonio Olinto: Inglês Português – Português Inglês**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- OLIVEIRA, Luís Martins de; NAGATSUKA, Dilvane Alves da Silva. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: Projeto de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PLANALTO, Lei 6.404, 1976. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 11/05/2013
- \_\_\_\_\_, Lei 11.638, 2007. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 11/05/2013
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 3, p. 76-97.
- SANTOS, José Luis dos; SCHIMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, Paula D. A.; CARVALHO, Fernanda M.; DIAS, Lidiane N. S.; MARQUES, José Augusto V. C. **Impairment de Ativos de Longa Duração: Comparação entre SFAS 144 e o IAS 36**. Congresso FEA. USP. 2006. Disponível em: [www.congressosp.fipecafi.org](http://www.congressosp.fipecafi.org)  
Acesso em: 19/05/2013
- SOARES, Edvaldo. **Metodologia Científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas, 2003.
- WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E., **Contabilidade Gerencial**. [tradução técnica Andre Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro] 2ª ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

## ANEXO A - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EMPRESA ALFA LTDA

**Empresa:** ALFA LTDA 0001  
 CNPJ: 00.000.000/0001-00 0013  
 Insc. Junta Comercial: 00000000000  
 Balanço encerrado em: 31/12/2012

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 / 12 / 2012

Descrição	2012 31/12/2012	2011 31/12/2011
<b>ATIVO</b>	<b>1.343.826,32d</b>	<b>1.390.926,43d</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>356.258,81d</b>	<b>554.153,78d</b>
<b>DISPONIBILIDADE</b>	<b>160.149,27d</b>	<b>250.511,21d</b>
<b>CAIXAS</b>	<b>119.285,51d</b>	<b>83.009,05d</b>
CAIXA GERAL	119.285,51d	83.009,05d
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	<b>31.253,63d</b>	<b>9.805,80d</b>
BANCO DO BRASIL C/C	30.688,37d	7.544,91d
BANRISUL C/C	1,00d	2.260,89d
SICREDI C/C	564,26d	0,00
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>9.610,13d</b>	<b>157.696,36d</b>
BANRISUL C/ APLIC	4.904,97d	0,00
OUROCAP BANCO DO BRASIL	4.000,00d	1.000,00d
BANCO DO BRASIL C/APLICAÇÃO	0,00	102.219,56d
BANCO SICREDI C/APLICAÇÃO	705,16d	54.476,80d
<b>VALORES E CREDITOS A RECEBER</b>	<b>46.010,22d</b>	<b>34.591,70d</b>
<b>CLIENTES</b>	<b>46.010,22d</b>	<b>34.591,70d</b>
CLIENTES DIVERSOS	46.010,22d	34.591,70d
<b>ESTOQUES</b>	<b>150.099,32d</b>	<b>269.050,87d</b>
<b>ESTOQUE DE PRODUTOS</b>	<b>150.099,32d</b>	<b>269.050,87d</b>
PRODUTOS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA	150.099,32d	269.050,87d
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>987.567,51d</b>	<b>836.772,65d</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>1.367,01d</b>	<b>831,32d</b>
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>1.367,01d</b>	<b>831,32d</b>
COTAS DE CAPITAL BC SICREDI	1.367,01d	831,32d
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>979.974,88d</b>	<b>829.715,71d</b>
<b>VALORES ORIGINAIS CORRIGIDOS</b>	<b>1.086.441,65d</b>	<b>894.753,65d</b>
IMOVEIS - BENFEITORIAS	8.272,94d	8.272,94d
IMOVEIS - PAVILHAO 2	70.000,00d	70.000,00d
IMOVEIS - TERRAS E TERRENOS	82.185,39d	82.185,39d
IMOVEIS - INSTALACOES	75.688,50d	75.688,50d
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	274.622,32d	223.934,32d
MOVEIS E UTENSILIOS	5.451,04d	5.451,04d
VEICULOS	559.972,86d	418.972,86d
TELEFONES	1.225,08d	1.225,08d
MAQUINAS DE ESCRITORIO	3.749,02d	3.749,02d
FLORESTAMENTOS	2.074,50d	2.074,50d
PROGRAMAS DE INFORMATICA	3.200,00d	3.200,00d
<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES</b>	<b>214.509,02d</b>	<b>204.194,97d</b>
CONSTRUCOES EM ANDAMENTO	92.844,10d	25.812,32d
CONSORCIO BC BRASIL	0,00	11.512,38d
LEASING - VEICULOS	0,00	75.000,00d
CONSORCIO BC SICREDI G50001 COTA 0030-00	113.122,61d	91.870,27d
CONSORCIO MASSEY FERGUSON COTA 583 GR351	8.542,31d	0,00
<b>(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS</b>	<b>320.975,79c</b>	<b>269.232,91c</b>

(-) DEPRECIÇÕES ACUMULADAS	320.975,79c	269.232,91c
<b>INTANGIVEL</b>	<b>6.225,62d</b>	<b>6.225,62d</b>
<b>IMOBILIZADO INTANGIVEL</b>	<b>6.225,62d</b>	<b>6.225,62d</b>
MARCAS, DIREITOS E PATENTES	6.225,62d	6.225,62d
<b>PASSIVO</b>	<b>1.343.826,32c</b>	<b>1.390.926,43c</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>149.746,29c</b>	<b>185.778,25c</b>
<b>OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>149.746,29c</b>	<b>185.778,25c</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>	<b>15.952,20c</b>	<b>16.070,40c</b>
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	12.922,00c	13.058,93c
PRO-LABORE A PAGAR	3.030,20c	3.011,47c
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>3.014,83c</b>	<b>3.038,28c</b>
INSS A RECOLHER	1.400,17c	1.411,10c
FGTS A RECOLHER	1.614,66c	1.627,18c
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>26.691,39c</b>	<b>20.138,75c</b>
ICMS ST A RECOLHER	9.875,26c	7.388,46c
IRRF A RECOLHER	173,80c	192,53c
SIMPLES A RECOLHER	15.777,22c	11.677,32c
FUNRURAL A RECOLHER	865,11c	880,44c
<b>FORNECEDORES</b>	<b>16.054,88c</b>	<b>34.726,75c</b>
APOMEDIL S.A.	863,39c	1.931,85c
COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA	0,00	704,00c
COMPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA	0,00	8.775,00c
DIMEL MATERIAIS DE EMBALAGEM LTDA	0,00	420,00c
GAYAPLAS IND. E COM. DE PLASTICOS LTDA	8.344,69c	10.946,50c
IMPRELL EDITORA GRAFICA LTDA	0,00	2.592,00c
JOVIVA EMBALAGENS LTDA	3.575,35c	0,00
LIAMARA PRETTO FLORA NATURAL	1.615,00c	2.645,00c
MARCIO ANDRE VALLERIUS	0,00	6.492,40c
MICHEL FLAVIO HIRT	882,50c	0,00
RADIO ENCANTO FM	400,00c	0,00
RECAPAGEM DE PNEUS LEO LTDA	250,00c	220,00c
ZADA SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA	123,95c	0,00
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>67.500,00c</b>	<b>99.450,32c</b>
EMPRESTIMO BANCO BRASIL - CAMINHÃO	67.500,00c	97.500,00c
BC SICREDI C/EMPRESTIMO	0,00	1.950,32c
<b>OUTRAS OBRIGACOES</b>	<b>20.532,99c</b>	<b>12.353,75c</b>
HONORARIOS A PAGAR	2.771,50c	2.380,00c
CONSORCIO BC BRASIL FORD FUSION	7.460,84c	9.973,75c
CONSORCIO BC BRASIL CRUZE SPORT	10.300,65c	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.194.080,03c</b>	<b>1.205.148,18c</b>
<b>CAPITAL REALIZADO</b>	<b>400.000,00c</b>	<b>400.000,00c</b>
<b>CAPITAL SUBSCRITO</b>	<b>400.000,00c</b>	<b>400.000,00c</b>
CAPITAL SOCIAL	400.000,00c	400.000,00c
<b>RESERVAS</b>	<b>794.080,03c</b>	<b>805.148,18c</b>
<b>LUCROS E/OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</b>	<b>794.080,03c</b>	<b>805.148,18c</b>
LUCROS ACUMULADOS	794.080,03c	805.148,18c

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2012  
TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 1.343.826,32 (hum milhão trezentos e quarenta e três mil  
oitocentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos)

---

Tal  
Sócio Administrador  
CPF:

**Empresa: ALFA LTDA**  
 CNPJ: 00.000.000/0001-00  
 Insc. Junta Comercial: 00000000000

Folha: 0001  
 Número livro: 0013

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2012**

<b>Descrição</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>	<b>2011</b>	<b>Total</b>
<b>Receita Operacional</b>				
VENDAS DE PRODUTOS A PRAZO	513.936,76		478.450,35	
VENDAS DE PRODUTOS A VISTA	1.458.128,74	<u>1.972.065,50</u>	1.110.414,06	<u>1.588.864,41</u>
<b>Devoluções e abatimentos</b>				
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDAS	(11.601,31)	<u>(11.601,31)</u>	(93,09)	<u>(93,09)</u>
<b>Impostos sobre vendas e Serviços</b>				
(-) ICMS ST S/ VENDAS	(54.131,07)		(43.654,57)	
(-) SIMPLES	(174.841,72)	<u>(228.972,79)</u>	(151.680,26)	<u>(195.334,83)</u>
<b>(-) Custos Mercadorias Vendidas</b>				
(-) DEVOLUCOES DE COMPRAS	450,00		0,00	
(-) ESTOQUE FINAL	150.099,32		269.050,87	
COMPRAS DE EMBALAGEM	(205.287,68)		(187.877,23)	
COMPRAS DE MATERIA PRIMA	(507.940,10)		(433.442,30)	
ESTOQUE INICIAL	(269.050,87)		(160.010,92)	
FRETES S/ COMPRAS	0,00		(301,32)	
MATERIAL DE CONSUMO	(3.996,23)		(6.089,40)	
(-) BONIFICAÇÕES	6.314,92		0,00	
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(62.288,08)		(65.582,15)	
ENERGIA ELETRICA	(41.281,29)		(28.199,53)	
DEPRECIACOES	(51.742,88)		(41.691,03)	
MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(7.212,03)		(674,21)	
13º SALARIO	(12.177,61)		(12.185,68)	
FERIAS	(16.379,06)		(12.738,71)	
FGTS	(18.345,72)		(15.767,75)	
SALARIOS E ORDENADOS	(152.089,19)	<u>(1.190.926,50)</u>	(134.701,53)	<u>(830.210,89)</u>
<b>Lucro Bruto</b>		<u>540.564,90</u>		<u>563.225,60</u>
<b>Despesas com Pessoal</b>				
RESCISOES	(8.870,56)		(2.165,55)	
CONTRIBUICAO SINDICAL PATRONAL	0,00		(1.141,54)	
PRO-LABORE	(43.200,00)		(41.098,18)	
DESPESAS COM EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO	0,00		(324,29)	
DESPESAS COM VESTUARIO E UNIFORMES	(1.619,50)	<u>(53.690,06)</u>	(7.052,40)	<u>(51.781,96)</u>
<b>Utilidades e Serviços</b>				
AGUA E ESGOTO	(2.441,08)		(2.205,56)	
ASSINATURAS JORNAIS E REVISTAS	0,00		(105,60)	
ASSISTENCIA CONTABIL	(16.890,00)		(15.097,00)	
BENS DE PEQUENO VALOR	(819,00)		(534,00)	
DESPESAS COM ALIMENTACAO	(5.048,30)		(3.733,39)	
DESPESAS COM BRINDES	0,00		(3.888,00)	
DESPESAS COM PEDAGIO	(5.293,80)		(4.581,90)	
DESPESAS COM VEICULOS	(19.030,30)		(23.667,50)	
DESPESAS DIVERSAS	(669,50)		(1.162,00)	
DESPESAS JUDICIAIS E CARTORIO	0,00		(61,80)	
FRETES E CARRETOS	(2.749,15)		(2.081,18)	
MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMATICA	(1.515,98)		(1.383,36)	
MANUTENÇÃO E DESPESAS COM LAVOURA	(1.300,00)		0,00	
MANUTENÇÕES E REPAROS	(306,00)		0,00	
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(654,80)		(578,40)	

MENSALIDADES	(5.507,78)		(6.753,63)	
MULTAS DE TRANSITO	(204,30)		(102,15)	
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	(54.135,33)		(18.199,00)	
SERVICOS DE TERCEIROS PJ	(3.856,50)		(4.491,20)	
TELEFONE	(2.931,96)	<u>(123.353,78)</u>	(3.960,79)	<u>(92.586,46)</u>
<b>Despesas Tributarias</b>				
IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS	(1.626,20)		(2.918,23)	
IPVA	(6.030,03)		0,00	
MULTAS FISCAIS	(7.631,00)		(6,86)	
IOF	(225,44)	<u>(15.512,67)</u>	(186,18)	<u>(3.111,27)</u>
<b>Despesas Financeiras</b>				
JUROS PASSIVOS	(14.277,89)		(7.898,25)	
DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00		(1.262,49)	
DESPESAS BANCARIAS	(2.838,40)		(2.495,01)	
JUROS SOBRE DUPLICATAS	(2,75)	<u>(17.119,04)</u>	(4,67)	<u>(11.660,42)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
DESCONTOS OBTIDOS	314,70		0,00	
RENDIMENTOS APLICACOES FINANCEIRAS	7.727,80	<u>8.042,50</u>	12.826,53	<u>12.826,53</u>
<b>Resultado Operacional Líquido</b>		<u>338.931,85</u>		<u>416.912,02</u>
<b>Outras Receitas</b>				
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	<u>0,00</u>	19.660,84	<u>19.660,84</u>
<b>Resultado Antes do IR</b>		<u>338.931,85</u>		<u>436.572,86</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>338.931,85</u>		<u>436.572,86</u>

---

Tal  
Sócio Administrador  
CPF:

---

Tal  
Reg. no CRC - RS sob o No.  
CPF:

**Empresa:** ALFA LTDA  
CNPJ: 00.000.000/0001-00  
Insc. Junta Comercial: 00000000000

## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa ALFA LTDA, constituída sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada, foi registrada na Junta Comercial do Estado em 30/04/1981, possui atividade de Beneficiamento de chá, mate e outras ervas para infusão e está localizada em Arvorezinha RS.

### 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Resolução CFC nº 1255/2009 (NBC T 19.41).

A empresa possui valores zerados para informação do D.R.A. no exercício.

### 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- Método de avaliação de estoques

Os estoques de produtos/mercadorias foram avaliados pelo custo das aquisições mais recente – PEPS;

- Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de Competência;

- Forma de Apuração dos Impostos

Os impostos são apurados pelo Simples Nacional – Apuração Mensal;

- Imobilizado

Todos os bens estão contabilizados pelo custo de aquisição;

- Depreciação

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, com base nas taxas legalmente admitidas pela Receita Federal do Brasil;

- Participação do Capital Social:

O capital social está representado pela participação de 2 sócios, atingindo um montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), dividido em quotas partes no valor unitário de R\$ 1,00.





BALDO S/A - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO

CNPJ Nº 91.473.678/0001-47

Table with columns: Baldo S/A, 2012, 2011. Rows include: Dados dos Investimentos, Capital Social, Patrimônio Líquido, Lucro (Prejuízo) do Exercício, Participação no Capital Social, Ações/Quotas possuídas, Imparidade dos investimentos, Integração de capital, Dividendos recebidos e juros scapital próprio, Equivalência patrimonial, Saldo final.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:

Table with columns: Baldo S/A, 2012, 2011. Rows include: Custo do Imobilizado, Depreciação Acumulada, Imobilizado Líquido, Custo do Intangível, Depreciação Acumulada, Intangível Líquido. Includes detailed breakdowns for property, equipment, vehicles, land, and intangible assets.

10. PARTES RELACIONADAS:

Table with columns: Baldo S/A, 2012, 2011. Rows include: Balança Patrimonial, Dividendos a receber, Juros e Capital Próprio, Demónstrações do resultado, Vendas de produtos, Variação contábil.

11. EMPREGADOS E FINANCIAMENTOS:

Table with columns: Baldo S/A, 2012, 2011. Rows include: Saldo em 31 de dezembro de 2011, Saldo em 31 de dezembro de 2012, Dividendos a receber, Juros e Capital Próprio, Demónstrações do resultado, Vendas de produtos, Variação contábil.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social e o capital social é de R\$ 80.000.000, dividido em 80.000 ações ordinárias nominativas. Todas no valor nominal de R\$ 1 cada. O capital autorizado é totalmente integralizado.

Ajustes de avaliação patrimonial: A Companhia opta pelo método de custo de aquisição (demonstração) ou pelo método de custo de aquisição por profissionalização (demonstração) para reconhecer o custo de aquisição de bens, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia.

13. RECEITA: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício de 2011.

Table with columns: Baldo S/A, 2012, 2011. Rows include: Receita de vendas, Receita de serviços, Impostos sobre vendas, Descontos e abatimentos, Receita líquida.

14. RESULTADO FINANCEIRO: O resultado financeiro para os exercícios finais em 31 de dezembro não possui representação.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A despesa de imposto de renda e contribuição social para o exercício final em 31 de dezembro de 2012 é reconhecida com as alíquotas de 2012.

16. RECONCILIAÇÃO DE RICOS: A reconciliação de RICOS para o exercício final em 31 de dezembro de 2012 é reconhecida com as alíquotas de 2012.

17. TRANSACÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA: Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou as seguintes operações de investimento e financiamento não envolvendo caixa.

Table with columns: Descrição, Valor, Data. Rows include: Parques Industriais, Parques Industriais Canoas/SC, Parques Industriais Santa Maria/Sul PR.

18. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Os pareceres das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baldo S/A, Controlada, incluído o Exercício de 2012 e respectivas demonstrações de resultado e demonstrações de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram elaborados por estes auditores independentes.

19. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baldo S/A, Controlada, incluído o Exercício de 2012 e respectivas demonstrações de resultado e demonstrações de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

20. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Os pareceres das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baldo S/A, Controlada, incluído o Exercício de 2012 e respectivas demonstrações de resultado e demonstrações de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram elaborados por estes auditores independentes.

21. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baldo S/A, Controlada, incluído o Exercício de 2012 e respectivas demonstrações de resultado e demonstrações de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

ANÚNCIO INSTITUCIONAL